



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO

Processo Administrativo de Licitação: nº. 000031/2022

Pregão Eletrônico: nº. 012/2022

Forma de Licitação: Pregão Eletrônico

Tipo de Licitação: Menor Preço por Item

Modo de disputa: Aberto

Legislação Aplicável: Lei Complementar nº. 123/2006; Lei Complementar nº 101/00; Lei Federal nº. 8.666/93; Lei nº. 10.520/02; Lei 10.024/19 e Decreto Municipal Nº. 139, de 01 de junho de 2009 que instituiu o Pregão no âmbito do Município de Irupi/ES.

Pregoeiro Designado para conduzir a Sessão pública Licitatória: Daniel Emerick de Oliveira

Equipe de Apoio Designada: Elisângela Vieira Furtado, Laisi Lúcia da Silva e Angélica Andrade de Assis Storck.

Recebimento das Propostas: A partir das 12hs do dia 29 de abril de 2022 até às 12hs do dia 29 de abril de 2022.

Abertura e Julgamento das Propostas: As 12h30min do dia 29 de abril de 2022.

Início da Sessão de Disputa de Preços: As 13h30min do dia 29 de abril de 2022.

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da realização do certame.

Referência de Tempo: Horário de Brasília (DF)

Local/Plataforma: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL: www.bll.org.br

Endereço Eletrônico de Cadastro no Sistema BLL: <http://bll.org.br/cadastro>

Telefone para Contato com o Pregoeiro: (28) 3548.1212

E-mail para Contato com o Pregoeiro: cpl.irupi@gmail.com

1 - PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE IRUPI/ES**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 36.403.954/0001-92, com sede na Rua Jalmas



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

Gomes de Freitas nº. 151, Centro, nesta cidade de Irupi/ES, CEP: 29.398-000, neste ato representado pelo Prefeito o Exmº. Sr. Edmilson Meireles de Oliveira, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº. 813.296.287-72 e Carteira de Identidade n. 747.346 – SSP/ES, residente e domiciliado na Rua João Costa, n. 260, Bairro Centro, na cidade de Irupi/ES, CEP 29.398-000, por meio do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº. 098, de 03 de março de 2022, torna público a todos os interessados que na data, horário e local abaixo assinalado realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, nº 012/2022, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM** e com as disposições deste Edital e seus respectivos anexos, por meio do Processo Administrativo nº 000031/2022 e ainda de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o Decreto Municipal nº 419, de 04 de novembro de 2019;

2 – DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto à contratação de empresa especializada na execução de serviços de transporte escolar, com veículos apropriados, para transportar os estudantes da Rede Estadual e Municipal de Ensino, residentes em áreas Rurais e Urbanas do Município de Irupi/ES, de acordo com Calendário Escolar do exercício de 2022, no total de 205 (duzentos e cinco) dias letivos em relação ao Município de Irupi/ES, no total de 204 (duzentos e quatro) dias letivos em relação ao Estado do Espírito Santo, e 164 (cento e sessenta e quatro) dias letivos em relação a APAE/AEE, com quilometragens e rotas pré-estabelecidos, conforme Anexo I – Rotas/Linhas e Quilometragem, Termo de Referência, Plano de Trabalho e Planilha Estimativa de Preços, que fazem parte integrante do presente processo, para fins de instrução;

2.2. O objeto desta licitação será executado rigorosamente em observância as cláusulas deste Edital e as condições estabelecidas no Termo de Referência e seus



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

anexos e terá como Órgão Gestor a Secretaria Municipal de Educação do Município de Irupi/ES;

2.3. A prestação dos serviços deverá possuir todas as características mínimas descritas nas especificações deste Edital. Serão aceitos os serviços que possuírem características superiores, desde que atendam a todos os requisitos mínimos exigidos nas especificações constantes no presente edital;

2.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Bolsa de Licitações do Brasil – BLL e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. Toda a justificativa para a contratação encontra-se pormenorizada no Termo de Referência.

4 – DA JUSTIFICATIVA PARA A NÃO REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/SRP

4.1. Toda a justificativa para a não realização do Procedimento Especial - SRP encontra-se pormenorizada no Termo de Referência.

5 – DA JUSTIFICATIVA PARA A NÃO APLICAÇÃO DA LEI 123/06, QUANTO A EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

5.1. Toda a justificativa do presente tópico encontra-se pormenorizada no Termo de Referência.

6 – DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.1. A participação da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte está regulamentada no Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

7 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

7.1. Foi tomado como fundamentação legal o disposto nas seguintes legislações:

- Lei Federal nº 8.666, de 17 de junho de 1993 e alterações posteriores;
- Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;
- Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - nº 9.394/96 – LDB e suas alterações;
- Lei Estadual nº 9.999/2013 – que institui o Programa Estadual Transporte Escolar – PETE/ES;
- Lei Federal nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB e suas alterações;
- Portaria SEDU nº 43-R de 31 de junho de 2016, que estabelece o valor de referência do quilômetro rodado para o Programa do Transporte Escolar – PETE/ES;
- Portaria 013R, de 28 de janeiro de 2021, estabelece normas procedimentos de execução, acompanhamento e prestação de contas de recursos financeiros do programa;
- Decreto nº 3277-R, de 09 de abril de 2013, que regulamenta o funcionamento do PETE/ES;
- Parecer nº 01/2016 – TRANSCOLAR RURAL, emitido pelo Departamento de Engenharia de Transportes e Geotécnica da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG;
- Manual de Licitação e Regularização do Transporte Escolar do Departamento de Trânsito do Estado do Espírito Santo – DETRAN/ES;
- Instrução de Serviços DETRAN/ES, nº 194 N de 22 de setembro de 2017 e Instrução de Serviços DETRAN/ES, nº 34, de 30 de junho de 2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

8 - RECURSO ORÇAMENTÁRIO

8.1. Em consulta ao Setor de Contabilidade do Município de Irupi/ES, foi informado pelo contador que a dotação orçamentária para a referida aquisição é a constante da Lei Orçamentária de 2022, tendo as seguintes classificações:

Secretária Municipal de Educação

Unidade Orçamentária	002 – Fundo Municipal de Educação
Projeto Atividade	2.063 – Manutenção das Ativ. Transporte de Alunos – Rede Municipal
Fonte de Recursos	11110000000 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos
Elemento Despesa	3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha	0213

Secretária Municipal de Educação

Unidade Orçamentária	002 – Fundo Municipal de Educação
Projeto Atividade	2.064 – Manutenção das Ativ. Transporte de Alunos – PNATE
Fonte de Recursos	11230000000 – Transferência de Recurso FNDE - PNATE
Elemento Despesa	3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha	0214

Secretária Municipal de Educação

Unidade Orçamentária	002 – Fundo Municipal de Educação
Projeto Atividade	2.062 – Manutenção das Ativ. Transporte de Alunos – SEDU
Fonte de Recursos	11250002000 – Recursos de Convênios destinados a Programas de Educação
Elemento Despesa	3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha	0215

8.2. Conforme previsão acima, os recursos disponíveis para cobertura das despesas, estão consignados nos repasses do Estado de Espírito Santo/Secretaria de Estado da Educação – Programa Estadual do Transporte Escolar – PETE/ES, Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE e Recursos Próprios do Município de Irupi/ES, conforme programação nos orçamentos de receitas e despesas da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

9 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1. As condições de participação está regulamentada no Termo de Referência.

10 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. Após a divulgação, pelo Município de Irupi/ES, do Edital no endereço eletrônico da plataforma “BLL”, na Imprensa Oficial da União, Estadual ou Regional, conforme o caso, as licitantes deverão encaminhar propostas de preços e documentos de habilitação, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, até a data e horário limite para acolhimento das propostas e habilitação, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento das propostas;

10.2. O preenchimento da proposta eletrônica ocorrerá mediante digitação no sistema eletrônico, conforme dispositivos da plataforma utilizada pelo Município para realização do pregão, por meio de transparência eletrônica do arquivo no sistema;

10.3. O licitante deverá apresentar a proposta de preços de forma detalhada, observando a descrição das linhas/rotas, a quantidade de Km de cada item/rota, o valor unitário e o valor total do item;

10.4. É obrigatório o cumprimento das exigências da cláusula “10.3”, no sistema eletrônico, sob pena de desclassificação da proposta;

10.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;

10.6. O licitante enquadrado como microempresa e empresa de pequeno porte que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº123/2006 deverá informar essa condição em campo próprio do sistema eletrônico, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

10.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

10.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

10.9. Até a abertura da proposta, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada;

10.10. Após o encerramento da fase de recebimento das propostas, é vedada a alteração dos dados inseridos no sistema eletrônico, sob pena de desclassificação da proposta;

10.11. Conforme dispositivo da legislação é vedado ao licitante identificar-se, no Sistema Eletrônico, quando do registro de sua proposta, sob pena de desclassificação do certame pelo Pregoeiro;

10.12. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

10.13. Para a formulação da proposta de preços o licitante deverá se valer das quantidades e a descrição detalhada dos dados das rotas/linhas constantes do sistema, sob pena de desclassificação;

10.14. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

10.15. Quaisquer tributos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo os produtos serem fornecidos ao Município, sem ônus adicionais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

10.16. Não se admitirá proposta que apresentar preço simbólico, irrisório ou de valor zero ou incompatível com os preços de mercado, ainda que este edital não tenha estabelecido limites mínimos;

10.17. Da mesma forma, serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços superiores aos estipulados para cada item, bem como com preços manifestamente inexequíveis, com base no inciso II do artigo 48 da Lei nº 8.666/93 e alterações;

10.18. As propostas deverão ter **validade mínima de 60 (sessenta) dias**, contados da data de envio da proposta na plataforma utilizada para realização do certame;

10.19. A(s) licitante(s) deverá(ão) cotar os preços unitários e totais para cada linha/rota, em caso de assim não proceder(em), será (ão) desclassificada(s);

10.20. As propostas deverão ser cotadas obrigatoriamente em Real (R\$), com até 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

10.21. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital;

10.22. Após a disputa, sendo a licitante declarada vencedora do certame e havendo itens/lotos que contemplem mais de uma linha, no ato da apresentação da proposta para adequação do último lance, o percentual de desconto ofertado será aplicado de forma linear para todas as linhas que compõe o lote;

10.23. As licitantes deverão declarar que estarão computados no preço ofertado, todos os custos inerentes à contratação, dentre eles os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, licenças, hospedagens, mão de obra, fretes, motorista, monitores e outros custos relacionados aos serviços, inclusive garantias. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para à completa e correta execução dos serviços objeto da presente contratação e, não será aceito nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada, sob qualquer pretexto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

10.24. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no edital;

10.25. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

10.26. Sugerimos que o critério de julgamento do objeto do presente certame deverá ser o **"Menor Preço por Item"**.

10.27. O Valor total estimado da presente contratação é de **R\$ 6.171.868,76 (seis milhões, cento e setenta e um mil, oitocentos e sessenta e oito reais e setenta e seis centavos)**, para 205 (duzentos e cinco) dias letivos em relação ao Município de Irupi/ES, para 204 (duzentos e quatro) dias letivos em relação ao Estado do Espírito Santo, e para 164 (cento e sessenta e quatro) dias letivos em relação a APAE/AEE;

10.28. Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

11 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados juntamente com a proposta de preço e deverão constar na plataforma da "BLL", em espaço adequado, sob pena de desclassificação;

11.1.1. Em caso de eventuais diligências ou problemas no carregamento dos arquivos na plataforma da "BLL", poderá o Pregoeiro solicitar a apresentação dos documentos de habilitação em cópia autenticada no endereço Rua Jalma Gomes de Freitas, n. 151, Bairro Centro, na cidade de Irupi/ES, CEP 29.398-000, Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Irupi/ES;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

11.1.2. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza não contenham validade, não sendo aceitos “protocolos de entrega”, ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos neste Edital;

11.1.3. Para efeito de documentação de habilitação, no presente certame, não será aceito a apresentação por parte das empresas licitantes do cadastro feito junto ao SICAF, mas somente a apresentação em si dos documentos informados abaixo. A empresa que mesmo assim insistir em apresentar o cadastro junto ao SICAF será inabilitada;

11.1.4. Toda a documentação e as declarações exigida dos licitantes na habilitação encontra-se detalhada no Termo de Referência;

11.1.5. Toda documentação exigida dos licitantes na assinatura do contrato encontra-se detalhada no Termo de Referência.

12 – DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. A regulamentação da subcontratação no presente certame está discriminado no Termo de Referência.

13 – DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DAS ROTAS E FORMAÇÃO DOS PREÇOS

13.1. A especificação detalhada das rotas/linhas objeto da contratação é a constante do Anexo I do Termo de Referência – Planilha de Descrição da Linhas/Rotas (Rede Municipal e Estadual), que faz parte integrante do presente Termo de Referência, o qual identifica os tipos de veículos a serem utilizados e a capacidade, preço unitário, preço total, custo específico por rotas e mapas, bem como a relação de alunos por rota;

13.2. A Formação dos preços foi efetuada pelo Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, nos termos da Planilha de Custos Específicos, onde contemplam todos os insumos dos veículos, quilometragem, custo fixo mensal dos veículos, custo fixo mensal de pessoal, custo variável mensal,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

coeficientes de consumo, tributos, despesas administrativas e encargos, com base em estudos referentes ao TRANSCOLAR RURAL realizados Departamento de Transportes e Geotécnica (ETG) da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG;

13.3. Assim, tendo em vista que o convênio é firmado entre o Município de Irupi/ES e a Secretaria de Estado da Educação – SEDU/ES, os preços por eles formados será o único que servirá de base para balizamento do julgamento pela Comissão Permanente de Licitação e/ou Pregoeiro Oficial do Município de Irupi/ES.

14 – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. O local da prestação dose serviços está indicada em tópico específico no corpo do Termo de Referência.

15 – DO PRAZO CONTRATUAL E DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

15.1. O Contrato Administrativo decorrente do futuro certame vigorará pelo **período de 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme determina o inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93, haja vista a natureza contínua de seu objeto conforme parecer/consulta TCES nº 018/2015;

15.2. Homologada a licitação, os vencedores serão convocados para assinatura do contrato que ocorrerá no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, mediante comunicação formalizada, que poderá ser enviado via e-mail ou outro meio, mediante ateste de recebimento;

15.3. Firmado o contrato os serviços a serem prestados deverão ser iniciados em **até 05 (cinco) dias úteis, após a emissão da Ordem de Início dos Serviços ou da nota de empenho**;

15.4. A empresa que não cumprir os prazos acima estipulados estará sujeita às sanções estabelecidas no edital, no contrato, na Lei 10.520/2002 e na Lei 8.666/93, independente de transcrição;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

15.5. A Ordem de Início dos Serviços será emitida ou autorizada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, pelo Secretário Municipal de Administração e Planejamento ou pela Secretária Municipal de Educação.

16 – FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1. A forma como os serviços deverão ser prestados pela(s) empresa(s) licitante(s) vencedora(s) está minudenciada no Termo de Referência.

17 – DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONDUTORES E MONITORES

17.1. As atribuições dos condutores e monitores estão estampadas no Termo de Referência.

18 – DAS OBRIGAÇÕES DA(S) CONTRATADA(S) E DA CONTRATANTE

18.1. São obrigações da(s) CONTRATADA(S):

- Cumprir o objeto do Contrato, executando os serviços em conformidade com as especificações constantes do Edital e seus anexos;
- Manter, durante toda a execução do Contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto no art. 55, Inciso XIII da Lei nº 8.666/93;
- Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho inclusive os ocasionados a terceiros;
- Aceitar nas mesmas condições Contratuais os acréscimos ou supressões que forem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;
- Manter os salários e demais obrigações decorrentes da relação de emprego dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

seus empregados, que prestem serviços relativos a contrato, rigorosamente em dia;

- Cumprir os horários e trajetos fixados pelo CONTRATANTE;
- Iniciar os serviços no dia determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Apanhar os alunos nos locais determinados pelo CONTRATANTE;
- Tratar com cortesia os alunos e os agentes de fiscalização do CONTRATANTE;
- Responder, direta ou indiretamente, por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE, aos alunos ou a terceiros, por dolo ou culpa;
- Cumprir as determinações do CONTRATANTE;
- Manter seus veículos sempre limpos e em condições de segurança;
- Permitir aos encarregados da fiscalização o livre acesso, em qualquer época, aos bens destinados ao serviço contratado;
- Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, que deverão ser segurados;
- Manter o serviço em funcionamento, substituindo o veículo em serviço por outro, na excepcionalidade que se fizer necessário;
- Manter o veículo com os requisitos exigidos pela legislação de trânsito, inclusive quanto às novas disposições que venham a ser editadas;
- Contratar seguro dos veículos a serem utilizados pela CONTRATADA;
- Obedecer ao que estabelece a legislação nacional de transporte, no que pertine ao fiel cumprimento desta contratação;
- Fornecer mão de obra especializada arcando com a devida remuneração e



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPÉ/ES

demais encargos exigidos;

- Fornecer pessoal para a execução dos serviços, devendo arcar com remuneração e encargos trabalhistas, comerciais, previdenciários, fiscais e outros decorrentes do fornecimento, inclusive seguro cobrindo "riscos diversos", além de impostos e taxas devidas, as quais não transferem ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- Manter os veículos em bom estado de conservação e higiene, bem como todos os equipamentos necessários à segurança do mesmo e das pessoas transportadas bem como equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN;
- Manter em dia os pagamentos de IPVA, do seguro obrigatório e de responsabilidade civil;
- Arcar com as despesas de manutenção dos veículos;
- Manter em cada veículo, cintos de segurança em número igual à lotação;
- Manter em cada veículo, equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;
- Manter em cada veículo lanternas de luz branca, fosca ou amarela disposta na extremidade da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira, conforme Art. 136, inciso V – do Código de Trânsito Brasileiro;
- Manter em todos os veículos utilizados para o transporte escolar, pintura de faixa horizontal na cor amarela, com 40 cm (quarenta centímetro) de largura, com o dístico "ESCOLAR", em preto, sendo que, em caso de veículo de carroceria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- Oferecer cursos de capacitação para o motorista do transporte escolar;
- Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do Município de Irupi ou a terceiros, decorrente de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

18.2. São Obrigações da CONTRATANTE:

- Atestar a nota fiscal correspondente ao mês de execução dos serviços prestados, por intermédio do setor competente;
- Efetuar o pagamento do objeto deste contrato, mediante nota fiscal devidamente atestada e conferida pelo Setor Competente;
- Garantir acesso à Contratada às dependências do Contratante para cumprimento de suas respectivas obrigações;
- Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, Edital, Termo de Referência e os termos de sua proposta;
- Manter equipamentos e instrumentos que permitam o cumprimento das tarefas da Contratada;
- Disponibilizar Servidores qualificados para atendimento das necessidades da Contratada, quando solicitado, com a finalidade de esclarecer quaisquer dúvidas referente ao objeto do certame;
- Fornecer à Contratada todas as informações que esta necessitar para viabilizar a execução dos serviços, inclusive a relação atualizada dos funcionários das Escolas, Diretores e Fiscal responsáveis por fiscalizar o contrato;
- Efetuar os pagamentos de acordo com o estabelecido no termo de Contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- Prestar à Contratada informação que eventualmente venham a ser solicitadas;
- Providenciar todas as anotações em registro próprio, por intermédio da fiscalização, de todas as ocorrências que porventura acontecer no decorrer do contrato, comunicando-se sempre a Autoridade Superior ou a Secretária Municipal de Educação.

19 – DAS PENALIDADES

19.1. As penalidades estão elencadas no Termo de Referência.

20 – DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

20.1. As condições e prazos para pagamento estão pormenorizadas no Termo de Referência.

21 – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL – ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES E REAJUSTE DE PREÇOS

21.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pela Administração:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei.

II - Por acordo das partes:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- a) Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) Quando for necessário a substituição de veículo com capacidade maior ou menor, em virtude da demanda de alunos e/ou devido à condição do terreno a ser percorrido (loais de difícil acesso, por exemplo); substituição de veículo e/ou acréscimo de itens de segurança para atendimento de acessibilidade de aluno com deficiência;
- e) Quando necessária, em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa de quilometragem para atendimento de matrículas realizadas durante o período letivo, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93 e suas alterações;
- f) Quando necessária alteração de valor por km em decorrência da aplicação do sistema Transcolar regido pelas regulamentações do convênio firmado entre a Prefeitura de Irupi e a Secretaria de Estado da Educação – SEDU, onde são atribuídos valores de insumos/veículo de acordo com as características do veículo que realizará o serviço, o tipo de terreno da rota, o custo variável mensal de combustível, lubrificantes, dos coeficientes de consumo, tributos entre outros, considerando, ainda, o “custo fixo mensal veículo” e “custo fixo mensal pessoal”. Nesses dois itens de base de cálculo deve-se considerar que como os valores são fixos, quanto maior a quilometragem, menor será o valor por quilômetro (ver planilha de custo específico com estrutura de cálculo).



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

21.2. A(s) contratada(s) fica(rão) obrigado(s) a aceitar(em), nas mesmas condições contratuais e propostas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

21.3. Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade as regras deste edital;

21.4. O preço representará todos os custos e despesas com pessoal, direitos trabalhistas, equipamentos, transporte, encargos sociais, seguros, licenças e todos os demais custos relacionados ao fornecimento do objeto;

21.5. Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no art. 65, alínea "d" e nos casos previstos no art. 57, todos da Lei 8.666/93, mediante justificativa e fundamentação;

21.6. No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente a Prefeitura Municipal de Irupi, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à controladoria e a Procuradoria do Município para o devido parecer;

21.7. O pedido também deverá ser instruído com a planilha constante do anexo do edital devidamente preenchida, sendo utilizada a seguinte metodologia para se apurar o novo preço:

$$NV = VC + V$$

Onde NV = Novo Valor / VC = Valor Contratado / V = Variação

A Variação é encontrada com a seguinte fórmula:

$$V = VIDL - VIAL$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

Onde VIDL = Valor do Insumo Depois da Licitação / VIAL = Valor do Insumo Antes da Licitação

22 – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

22.1. Os serviços serão recebidos pela Contratante nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

23 – DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

23.1. As referidas providências estão indicadas no Termo de Referência.

24 – DO CANCELAMENTO DO PREGÃO E DO CONTRATO A SER FIRMADO

24.1. A(s) CONTRATADA(s) terá(ão) o(s) contrato(s) cancelado(s):

24.1.1. A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do contrato, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material/equipamento.

24.1.2. Por iniciativa do Município, quando:

- a) O Executor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) O Executor perder qualquer condição de habilitação ou qualificação por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- c) O Executor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes do Contrato.

24.2. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no Contrato, ou nos pedidos dela decorrentes;

24.3. O cancelamento do Pregão Presencial, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município.

25 – DA INDICAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO E GESTOR DE CONTRATO E OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

25.1. A regulamentação do presente tópico está descrita no Termo de Referência.

26 - DA DISPENSABILIDADE DA TRANSMISSÃO AO VIVO DAS SESSÕES LICITATÓRIAS NO PREGÃO ELETRÔNICO

26.1. Em relação às Sessões Públicas Licitatórias no Pregão Eletrônico fica dispensada a obrigatoriedade de serem transmitidas ao vivo.

27 - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

27.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.bll.org.br;

27.2. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico. Ressalta-se que, no ambiente eletrônico da sala de disputa, a permissão para envio de mensagem é dada somente o Pregoeiro;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

27.3. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

28 - DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

28.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;

28.2. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

29 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

29.1. Aberta à etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

29.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

29.3. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema;

29.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

29.5. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes terão informações, em tempo real, sobre os menores valores dos lances de todos os licitantes. O sistema não identificará os autores dos lances para os demais participantes e nem para o Pregoeiro;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

29.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,10 (dez centavos) por item;

29.7. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa Aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;

29.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;

29.9. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

29.10. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;

29.11. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá ao Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;

29.12. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente a BLL;

29.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

29.14. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no site www.bll.org.br;

29.15. O Critério de julgamento adotado será o **"MENOR PREÇO POR ITEM"** conforme definido neste Edital e seus anexos;

29.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

30 - DA NEGOCIAÇÃO

30.1. Antes de anunciar o vencedor o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, "contraproposta" diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação;

30.2. A contraproposta objetivando reduções de preços será feita pelo Pregoeiro, através de acesso ao "link" "relatório de disputa" e "contraproposta", separadamente para cada item, enquanto o mesmo estiver na condição "arrematado", podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

31 - DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA FINAL

31.1. A proposta de preço deverá conter:

- a) Valores unitários e totais dos itens e seu quantitativo;
- b) Prazo de Garantia: garantia de fábrica, não podendo ser inferior ao da lei 8.079 de 11/09/90 do Código de Defesa do Consumidor, no caso de não haver outra garantia expressamente estabelecida;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- c) Preferencialmente: Razão Social, endereço, CNPJ, número do banco, da agência e da conta corrente do licitante;
- d) Preferencialmente: nome, número de identidade, do CPF e telefone de pessoa para contato.

31.2. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação de habilitação, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital;

31.3. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto;

31.4. O Pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de pessoas pertencentes ou não ao quadro de pessoal da comissão para orientar sua decisão;

31.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;

31.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

31.7. O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio da proposta detalhada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que a compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pela prefeitura ou haja necessidade de ajustes para adequar a propostas aos requisitos exigidos neste edital e seus Anexos.

32 - RECURSO

32.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses;

32.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;

32.3. A manifestação imediata de recurso é aquela efetuada via eletrônica, por meio da internet, no período máximo de 30 (trinta) minutos após o pregoeiro comunicar aos participantes, por meio do sistema eletrônico, o resultado da classificação final e manifestação motivada é a descrição sucinta e clara do fato que motivou a licitante a recorrer;

32.4. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

33 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

33.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a autoridade competente para homologação;

33.2. Decorridas as fases anteriores, a decisão será submetida a Autoridade Máxima Municipal de Irupi/ES para homologação.

34 – FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

34.1. Por resultar em obrigações futuras, a contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de termo de CONTRATO, cuja respectiva minuta constitui anexo do presente ato convocatório;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

34.2. Se por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;

34.3. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar;

34.4. A adjudicatária deverá, no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento para assinar o termo de contrato;

34.5. Quando a contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular ou se recusar a assinar o contrato, será convocada a licitante subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, com vistas à celebração da contratação, em conformidade com o artigo 4º inciso XVII e inciso XXIII da Lei nº 10.520/2002;

34.6. O contrato terá vigência a partir da data da contratação até 31/12/2022 ressaltando que poderá ser rescindido a qualquer tempo caso a SEDU/ES (Secretaria Estadual de Educação) implante o novo sistema de transporte escolar rural. O contrato admite prorrogação de acordo com o Art. 57 da lei nº 8.666/93 e parecer/consulta TC-018/2015.

35 – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

35.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, poderá impugnar o ato convocatório do pregão, mediante petição a ser protocolada no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Irupi/ES, localizado no



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

endereço: Rua Jalmas Gomes de Freitas, n. 151, Bairro Centro, na cidade de Irupi/ES, CEP 29.398-000; ou por e-mail no endereço eletrônico: cpl.irupi@gmail.com, ou, no site www.bll.org.br, no link correspondente a este Edital;

35.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados do prazo do recebimento da impugnação;

35.3. A impugnação deverá conter os seguintes dados do interessado ou de quem o represente: nome e endereço completos, telefone, data e assinatura do interessado ou de seu representante, formulação do pedido, com exposição dos fatos e seus fundamentos;

35.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

35.5. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão, exclusivamente para o endereço eletrônico: cpl.irupi@gmail.com;

35.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico: cpl.irupi@gmail.com, ou, no site www.bll.org.br, no link correspondente a este Edital;

35.7. Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

36 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

36.1. Ao Ordenador de Despesas/autoridade competente, compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, mediante ato escrito e fundamentado;

36.2. A anulação do procedimento licitatório induz à anulação do Contrato;

36.3. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato;

36.4. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão;

36.5. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, o cancelamento do contrato/Ordem de Serviço, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

36.6. É facultado ao Pregoeiro, ou a autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

36.7. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração Pública, a finalidade e a segurança da contratação;

36.8. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no site da AMUNES;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

36.9. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro, com base na legislação em vigor;

36.10. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante;

36.11. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso;

36.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Irupi/ES;

36.13. Os participantes do certame deverão verificar diariamente as mensagens, alterações, informações e prazos, disponibilizadas pelo Pregoeiro via chat no sistema eletrônico (www.bll.org.br) ou através de e-mail até o encerramento final da Licitação com a adjudicação do Objeto;

36.14. O futuro contratado deverá cumprir todos os protocolos estabelecidos para prevenção do COVID-19.

37 – CADERNO DE LICITAÇÃO

37.1. Fazem parte integrante do presente Edital:

37.1.1. Anexo I - Formulário "Especificações e Cotação de Preços";

37.1.2. Anexo II - Planilha de Custos para o Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato Administrativo;

37.1.3. Anexo III – Modelo Declaração (Requisitos Habilitatórios);

37.1.4. Anexo IV - Modelo Declaração (Declaração de Superveniência);



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

37.1.5. Anexo V - Modelo Declaração (Art. 7º da Constituição Federal);

37.1.6. Anexo VI - Modelo Declaração (Microempresa e Empresa de Pequeno Porte);

37.1.7. Anexo VII - Minuta de Contrato;

37.1.8. Anexo VIII - Planilha Orçamentária;

37.1.9. Anexo IX – Termo de Referência;

37.1.10. Anexo X - Modelo de Declaração Técnica.

OBS: No ato do recebimento do “Caderno de Licitação” deverá a interessada verificar seu conteúdo, não sendo admitidas reclamações posteriores sobre eventuais omissões.

<p>38 – ENDEREÇOS DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS CITADOS NESTE EDITAL PARA INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS CONCERNENTES AO OBJETO DESTA LICITAÇÃO</p>
--

38.1. Seguem abaixo os endereços das Secretarias e Órgãos citados neste Edital para informações e esclarecimentos concernentes ao objeto desta licitação:

38.2. PARA ESCLARECIMENTOS: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – Setor de Licitações – Localizado na Rua Jalmas Gomes de Freitas, n. 151, Bairro Centro, na cidade de Irupi/ES, CEP 29.398-000. Horário de funcionamento das 12 horas às 18 horas Tel. (28) 3548-1212. Endereço eletrônico: cpl.irupi@gmail.com.

38.3. INFORMAÇÕES QUANTO À NATUREZA DOS SERVIÇOS, OBJETO LICITADO COM O ÓRGÃO GESTOR: Secretaria Municipal de Educação – Localizado na Rua Jalmas Gomes de Freitas, n. 151, Bairro Centro, na cidade de Irupi/ES, CEP 29.398-000. Horário de funcionamento das 07 horas às 16 horas Tel. (28) 3548-1309,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

(28) 3548-1633. Endereço eletrônico: educacao@irupi.es.gov.br,
rose.irupi@gmail.com.

Irupi/ES, 11 de abril de 2022.

Rosinei Teodoro de Almeida Oliveira
Secretária Municipal de Educação
Ordenadora de Despesas da SME



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

ANEXO I
ESPECIFICAÇÕES E COTAÇÕES DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 000031/2022

PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2022

DADOS DA PROPONENTE:

Nome Fantasia: _____

Razão social: _____

CNPJ nº: _____

Endereço completo: _____

Telefones: _____ E-mail: _____

Banco: _____

Agência nº: _____ Conta nº: _____

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL:

Representante Legal: _____

CPF: _____ RG: _____

OBJETO: A contratação de empresa especializada na execução de serviços de transporte escolar, com veículos apropriados, para transportar os estudantes da Rede Estadual e Municipal de Ensino, residentes em áreas Rurais e Urbanas do Município de Irupi/ES, de acordo com Calendário Escolar do exercício de 2022, no total de 205 (duzentos e cinco) dias letivos em relação ao Município de Irupi/ES, no total de 204 (duzentos e quatro) dias letivos em relação ao Estado do Espírito Santo, e 164 (cento e sessenta e quatro) dias letivos em relação a APAE/AEE, com quilometragens e rotas pré-estabelecidos, conforme Anexo I – Rotas/Linhas e Quilometragem, Termo de Referência, Plano de Trabalho e Planilha Estimativa de Preços, que fazem parte integrante do presente processo, para fins de instrução.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

LINHAS ESTADUAIS - IRUPI

ITEM	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Tipo de Linha	Turno	Dias / Semana	Monitor	Alunos			Quilometragem				Capacidade Veículo	Custo			
								Estado	Município	Total	Ida	Volta	Aprov.	Total		R\$/km	Estado /DIA	Município /DIA	Total
1	20202652046	CORREGO SANTA ROSA X CÓRREGO BOM DESTINO X CÓRREGO VARGEM ALEGRE X VILA BELA VISTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	24	0	24	4,8	4,8	0	9,6	41 passageiros	R\$ 42,08		R\$ 0,00	
2	20212652054	CORREGO PALMITAL SANTA CRUZ X CÓRREGO PALMITAL X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	V	5	NÃO	25	0	25	14,5	14,5	12,1	41,1	41 passageiros	R\$ 8,28		R\$ 0,00	
3	20172652004	TREVO SANTA CRUZ X CÓRREGO TIJUCO PRETO X SANTA CRUZ X CÓRREGO DAS PEDRAS -SANTA CRUZ X CÓRREGO ESQUERDO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	17	0	17	12,1	12,1	10,4	34,6	41 passageiros	R\$ 8,28		R\$ 0,00	
4	20172652006	CÓRREGO SANTA CLARA DE IRUPI X CÓRREGO DO COELHO X CÓRREGO DO AVENTUREIRO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	8	0	8	12,5	12,5	20,6	45,6	15 passageiros	R\$ 6,30		R\$ 0,00	
5	20222652083	SANTA CLARA DOS PILÕES X CÓRREGO DO AVENTUREIRO X CÓRREGO SÃO QUIRINO X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	V	5	NÃO	5	0	5	20,6	20,6	12,5	53,7	15 passageiros	R\$ 6,30		R\$ 0,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

6	20172652007	CORREGO SANTA CLARA X CÓRREGO DO AVENTUREIRO X CÓRREGO ESQUERDO X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	7	0	7	6,6	6,6	0	13,2	15 passag eiros	R\$ 28,7 6	R\$ 0,0 0
7	20172652008	CÓRREGO ESQUERDO X CÓRREGO SÃO JOÃO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	2	0	2	11,3	11,3	0	22,6	08 passag eiros	R\$ 16,5 7	R\$ 0,0 0
8	20172652036	CÓRREGO DO LAGE X CORREGO FUNDO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	5	0	5	12,8	12,8	6	31,6	23 passag eiros	R\$ 7,86	R\$ 0,0 0
9	20172652010	CORREGO DO MAFRA X CÓRREGO DO LAGE X CÓRREGO FIGUEIRA X CÓRREGO DOS COELHOS X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	20	0	20	27,9	27,9	0	55,8	23 passag eiros	R\$ 7,86	R\$ 0,0 0
10	20172652011	BARRA DO RECREIO X CÓRREGO DOS COELHOS X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	14	0	14	9	9	13,3	31,3	15 passag eiros	R\$ 7,84	R\$ 0,0 0
11	20222652082	IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	V	5	NÃO	3	0	3	13,3	13,3	9	35,6	15 passag eiros	R\$ 7,84	R\$ 0,0 0
12	20212652057	PEDRA ROXA X SANTA CLARA X CORREGO DOS FERREIRAS X CÓRREGO DO MÁFRA X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	6	0	6	18,8	18,8	0	37,6	15 passag eiros	R\$ 8,36	R\$ 0,0 0
13	20172652013	CÓRREGO DOS FERREIRAS X CÓRREGO DO MAFRA X CÓRREGO FUNDO X LAJE X CÓRREGO DOS LORDEIROS X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	9	0	9	8,7	8,7	7,5	24,9	15 passag eiros	R\$ 8,36	R\$ 0,0 0



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

14	20212652058	BARRA DO RECREIO X CÓRREGO DO SABIA X IRUPI X EEEEFM BERNARDO HORTA	EEEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	2	0	2	17,2	17,2	0	34,4	15 passag eiros	R\$ 8,69	R\$ 0,00
15	20212652068	CONEXÃO PARA ROTA 20172652014 - CÓRREGO DO RECREIO X CÓRREGO BARRA DE SANTA ROSA X CÓRREGO DO SABIA X BAR DO ZÉ	EEEEFM BERNARDO HORTA	C O	M	5	NÃO	14	0	14	11	11	1	23	15 passag eiros	R\$ 8,69	R\$ 0,00
16	20172652018	SÃO JOSÉ X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	3	0	3	17,3	17,3	0	34,6	08 passag eiros	R\$ 6,57	R\$ 0,00
17	20172652015	SÃO JOSÉ X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	6	0	6	18,8	18,8	2,4	40	08 passag eiros	R\$ 6,57	R\$ 0,00
18	20172652016	CÓRREGO DO AVENTUREIRO X CÓRREGO SÃO QUIRINO X EEEEFM BERNARDO HORTA	EEEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	15	0	15	8,6	8,6	0	17,2	23 passag eiros	R\$ 24,95	R\$ 0,00
19	20212652059	CÓRREGO DOS PILÕES X CÓRREGO SANTA CLARA X CÓRREGO DO AVENTUREIRO X CÓRREGO SÃO QUIRINO X CÓRREGO DOS LORDEIROS X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	8	0	8	10,3	10,3	0	20,6	15 passag eiros	R\$ 10,23	R\$ 0,00
20	20172652017	SANTA CLARA DOS PILÕES X CÓRREGO DO AVENTUREIRO X CÓRREGO SÃO QUIRINO X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	9	0	9	11,8	11,8	2,3	25,9	15 passag eiros	R\$ 10,23	R\$ 0,00
21	20172652019	CÓRREGO DO SABIA X CÓRREGO SANTA ROSA X CÓRREGO FUNDO X ALTO TRINDADE X IRUPI X EEEFM	EEEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	9	0	9	6,7	6,7	14,5	27,9	15 passag eiros	R\$ 8,14	R\$ 0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

		BERNARDO HORTA																	
22	20212652060	CÓRREGO LAGE X CÓRREGO SANTA ROSA X BARRA SANTA ROSA X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	V	5	NÃO	13	0	13	14,5	14,5	6,7	35,7	15 passag eiros	R\$ 8,14		R\$ 0,00	
23	20172652021	SANTO ANTONIO X CÓRREGO SANTA ROSA X ALTO SANTA ROSA X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	13	0	13	14,4	14,4	0	28,8	15 passag eiros	R\$ 14,77		R\$ 0,00	
24	20212652062	TAQUARA PRETA X BURRO FROUXO X BOM DESTINO X CABECEIRA DE SÃO JOSÉ X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	9	0	9	16,9	16,9	0	33,8	15 passag eiros	R\$ 12,87		R\$ 0,00	
25	20212652063	TAQUARA PRETA x BURRO FROUXO X BOM RECREIO X BOM DESTINO X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	30	0	30	11,9	11,9	0	23,8	41 passag eiros	R\$ 19,56		R\$ 0,00	
26	20182652040	DONA PALMIRA X CÓRREGO PALMITAL X CÓRREGO SÃO BENTO X SANTA CRUZ X SANTA CRUZ DE IRUPI X CONEXAO X TRONCO 20172652004	EEEFM BERNARDO HORTA	C O	M	5	NÃO	4	0	4	10,8	10,8	15,7	37,3	15 passag eiros	R\$ 7,01		R\$ 0,00	
27	20222652086	DONA PALMIRA X CÓRREGO PALMITAL X CÓRREGO SÃO BENTO X SANTA CRUZ X SANTA CRUZ DE IRUPI X CONEXAO X TRONCO 20212652054	EEEFM BERNARDO HORTA	C O	V	5	NÃO	7	0	7	15,7	15,7	10,8	42,2	15 passag eiros	R\$ 7,01		R\$ 0,00	
28	20212652055	SÃO JOSÉ DO SAÇUÍ X SANTA CRUZ X CÓRREGO ESQUERDO X IRUPI X EEEFM BERNARDO	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	15	0	15	21,2	21,2	0	42,4	23 passag eiros	R\$ 11,51		R\$ 0,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

		HORTA																
29	20182652041	CÓRREGO DO MAFRA X CÓRREGO SANTA CLARA DE IRUPI X CÓRREGO DOS LORDEIROS X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	V	5	NÃO	8	0	8	8,8	8,8	0	17,6	15 passag eiros	R\$ 22,3 4		R\$ 0,0 0
30	20212652061	SANTA ROSA X ALTO TRINDADE X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	7	0	7	14,2	14,2	0	28,4	15 passag eiros	R\$ 14,9 2		R\$ 0,0 0
31	20172652022	SÃO JOSÉ DO IRUPI X BURRO FROUXO X BOM DESTINO X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	V	5	NÃO	12	0	12	20,3	20,3	0	40,6	15 passag eiros	R\$ 11,3 0		R\$ 0,0 0
32	20212652066	SANTA ROSA X CABECEIRA DE SANTA ROSA X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	11	0	11	10,6	10,6	0	21,2	15 passag eiros	R\$ 19,0 3		R\$ 0,0 0
33	20212652067	PEDRA ROXA X CÓRREGO SANTA CLARA X CÓRREGO DOS FERREIRAS X CÓRREGO DO AVENTUREIRO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	13	0	13	21,7	21,7	0	43,4	15 passag eiros	R\$ 10,7 6		R\$ 0,0 0
34	20172652014	LINHA TRONCO PARA CONEXÃO - 2021300903 X CÓRREGO DO RECREIO X BARRA DE SANTA ROSA X CÓRREGO DOS COELHOS X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	26	0	26	7,1	7,1	1	15,2	41 passag eiros	R\$ 27,9 9		R\$ 0,0 0
35	20212652069	CÓRREGO BOM DESTINO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	11	0	11	8,1	8,1	0	16,2	15 passag eiros	R\$ 23,9 4		R\$ 0,0 0
36	20212652070	PEDRA ROXA X SANTA CLARA DE BAIXO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	4	0	4	17,5	17,5	18,3	53,3	15 passag eiros	R\$ 6,04		R\$ 0,0 0



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

37	20222652085	PEDRA ROXA X CÓRREGO SANTA CLARA X CÓRREGO DOS FERREIRAS X CÓRREGO DO AVENTUREIRO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	V	5	NÃO	10	0	10	18,3	18,3	17,5	54,1	15 passag eiros	R\$ 6,04	R\$ 0,00
38	20212652056	BARRA DO RECREIO X CÓRREGO DA PUAIA X CÓRREGO VISTA ALEGRE X CÓRREGO BELA VISTA X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	6	0	6	11,5	11,5	0	23	15 passag eiros	R\$ 10,13	R\$ 0,00
39	20212652064	BARRA DO RECREIO X CÓRREGO DA PUAIA X CÓRREGO VISTA ALEGRE X CÓRREGO BELA VISTA X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	14	0	14	10,5	10,5	0,5	21,5	15 passag eiros	R\$ 10,13	R\$ 0,00
40	20212652065	BARRA DO RECREIO X CÓRREGO DA PUAIA X CÓRREGO VISTA ALEGRE X CÓRREGO BELA VISTA X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	7	0	7	13,9	13,9	0	27,8	15 passag eiros	R\$ 14,76	R\$ 0,00
41	20212652078	CÓRREGO DO SABIÁ X CÓRREGO SANTA ROSA X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	13	0	13	11,5	11,5	0	23	15 passag eiros	R\$ 17,69	R\$ 0,00
42	20212652079	CÓRREGO FUNDO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	4	0	4	4	4	0	8	08 passag eiros	R\$ 42,58	R\$ 0,00
43	20212652080	CÓRREGO FUNDO X CÓRREGO DOS LORDEIROS X CÓRREGO FLORINDO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	8	0	8	7,6	7,6	0	15,2	15 passag eiros	R\$ 25,41	R\$ 0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

44	20212652081	CÔRREGO SANTA ROSA X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	14	0	14	12,1	12,1	0	24,2	15 passag eiros	R\$ 16,73	R\$ 0,00
45	20212652071	SÃO JOSÉ DO SAÇUÍ X RESGATE X CAEE - AMOR PERFEITO	CAEE - AMOR PERFEITO	T R	V	4	NÃO	2	0	2	10,2	10,2	0	20,4	08 passag eiros	R\$ 22,08	R\$ 0,00
46	20212652076	RETORNO - CAEE - AMOR PERFEITO X CABECEIRA DE SÃO JOSÉ X SANTA CRUZ DE IRUPI X TREVO SANTA CRUZ	CAEE - AMOR PERFEITO	T R	V	4	NÃO	1	0	1	0	13,7	0	13,7	08 passag eiros	R\$ 16,87	R\$ 0,00
47	20212652072	IDA - SANTA CRUZ DE IRUPI X CABECEIRA DE SÃO JOSÉ X CAEE - AMOR PERFEITO	CAEE - AMOR PERFEITO	T R	V	4	NÃO	1	0	1	13,2	0	0	13,2	08 passag eiros	R\$ 16,87	R\$ 0,00
48	20212652073	IDA - CÔRREGO DOS FERREIRAS X CÔRREGO DO AVENTUREIRO X CAROLINO BARBOSA X CAEE - AMOR PERFEITO	CAEE - AMOR PERFEITO	T R	V	4	NÃO	3	0	3	20,4	0	0	20,4	08 passag eiros	R\$ 12,27	R\$ 0,00
49	20212652077	RETORNO - CAEE - AMOR PERFEITO X CAROLINO BARBOSA X CÔRREGO DO AVENTUREIRO X CÔRREGO DOS FERREIRAS X SÃO JOSÉ DO CAPARÃO X SANTA CLARA DE BAIXO	CAEE - AMOR PERFEITO	T R	V	4	NÃO	2	0	2	0	20,2	0	20,2	08 passag eiros	R\$ 12,27	R\$ 0,00
50	20212652074	IDA - EEEFM BERNARDO HORTA X CAEE - AMOR PERFEITO	CAEE - AMOR PERFEITO	T R	V	4	NÃO	2	0	2	1	0	0	1	08 passag eiros	R\$ 37,46	R\$ 0,00
51	20212652075	RETORNO - CAEE - AMOR PERFEITO X BARRA DE SANTA ROSA X CÔRREGO VARGEM ALEGRE X CÔRREGO DA PEDREIRA	CAEE - AMOR PERFEITO	T R	V	4	NÃO	4	0	4	0	10,4	0	10,4	08 passag eiros	R\$ 37,46	R\$ 0,00
LINHAS MUNICIPAIS - IRUPI																	
ITEM	Códig o	Descrição da Rota	Escol a	Tí p	Tu rn	Dia s/ Mo nit	Alunos	Quilometragem	Capac idade	Custo							

Bem-aventurada é a nação cujo Deus é o Senhor, e o povo ao qual escolheu para sua herança. [Salmos 33:12](#)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

	Rota			o de Li n h a	o	Se ma na	or	Es ta do	M u n i c i p i o	T o t a l	Ida	Vo lta	Ap ro v.	To ta l	Veícu lo	R\$ /k m	Esta do	Municí pio/ DIA	Total
52	-	AGUA POTAVEL X BOAS NOVAS X SANTA CRUZ	EME EF PROF a ENY LEAL MACH ADO	TR	M	5	SIM	0	45	4 5	31,8	31 ,8	-	63 ,6	45 PASSA GEIRO S	R\$ 6,7 4	R\$ 0,00		
53	-	AGUA POTAVEL X BOAS NOVAS X SANTA CRUZ	EME EF PROF a ENY LEAL MACH ADO	TR	V	5	SIM	0	45	4 5	31,8	31 ,8	-	63 ,6	45 PASSA GEIRO S	R\$ 6,7 4	R\$ 0,00		
54	-	CABECEIRA DO SÃO JOSÉ X SANTA CRUZ	EME EF PROF a ENY LEAL MACH ADO	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	19,75	19 ,7 5	-	39 ,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 7,6 7	R\$ 0,00		
55	-	CABECEIRA DO SÃO JOSÉ X SANTA CRUZ	EME EF PROF a ENY LEAL MACH ADO	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	19,75	19 ,7 5	-	39 ,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 7,6 7	R\$ 0,00		
56	-	SANTA CRUZ X CABECEIRA DO FAMA	EME EF PROF a ENY LEAL MACH ADO	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	19,45	19 ,4 5	-	38 ,9	15 PASSA GEIRO S	R\$ 7,8 3	R\$ 0,00		
57	-	SANTA CRUZ X CABECEIRA DO FAMA	EME EF PROF a ENY LEAL MACH ADO	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	19,45	19 ,4 5	-	38 ,9	15 PASSA GEIRO S	R\$ 7,8 3	R\$ 0,00		
58	-	SANTA CRUZ X SANTA CLARA	EME EF PROF a ENY LEAL MACH ADO	TR	M	5	SIM	0	45	4 5	17,5	17 ,5	-	35	45 PASSA GEIRO S	R\$ 10, 27	R\$ 0,00		
59	-	SANTA CRUZ X SANTA CLARA	EME EF PROF a ENY LEAL MACH ADO	TR	V	5	SIM	0	45	4 5	17,5	17 ,5	-	35	45 PASSA GEIRO S	R\$ 10, 27	R\$ 0,00		



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

60	-	SANTA CRUZ X SÃO BENTO	EME EF PROF. ª ENY LEAL MACH ADO	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	16,13	16 ,1 3	-	32 ,2 6	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,6 3	R\$ 0,00		
61	-	SANTA CRUZ X SÃO BENTO	EME EF PROF. ª ENY LEAL MACH ADO	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	16,13	16 ,1 3	-	32 ,2 6	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,6 3	R\$ 0,00		
62	-	BARRA DE SANTA ROSA X BARRA DO RECREIO	EME EF Prof.ª NELC I GOM ES DA COST A	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	11,5	11 ,5	-	23	15 PASSA GEIRO S	R\$ 10, 95	R\$ 0,00		
63	-	BARRA DE SANTA ROSA X SABIÁ X NELCI GOMES DA COSTA	EME EF Prof.ª NELC I GOM ES DA COST A	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	12,55	12 ,5 5	-	25 ,1	15 PASSA GEIRO S	R\$ 10, 27	R\$ 0,00		
64	-	BARRA DE SANTA ROSA X SABIÁ X NELCI GOMES DA COSTA	EME EF Prof.ª NELC I GOM ES DA COST A	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	12,55	12 ,5 5	-	25 ,1	15 PASSA GEIRO S	R\$ 10, 27	R\$ 0,00		
65	-	BARRA DE SANTA ROSA X SANTA ROSA DE LIMA X ALTO TRINDADE	EME EF Prof.ª NELC I GOM ES DA COST A	TR	M	5	SIM	0	45	4 5	20,5	20 ,5	-	41	45 PASSA GEIRO S	R\$ 9,7 0	R\$ 0,00		
66	-	BARRA DE SANTA ROSA X SANTA ROSA DE LIMA X ALTO TRINDADE	EME EF Prof.ª	TR	V	5	SIM	0	45	4 5	20,5	20 ,5	-	41	45 PASSA GEIRO S	R\$ 9,7 0	R\$ 0,00		



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPÉ/ES

			NELC I GOM ES DA COST A																
67	-	BARRA DO RECREIO X PEDREIRA	EME EF Prof. ^a NELC I GOM ES DA COST A	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	15,61 5	15 ,6 15	-	31 ,2 3	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,8 3	R\$ 0,00		
68	-	BARRA DO RECREIO X PEDREIRA	EME EF Prof. ^a NELC I GOM ES DA COST A	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	15,61 5	15 ,6 15	-	31 ,2 3	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,8 3	R\$ 0,00		
69	-	ESCOLA NELCI X SABIÁ X ESCOLA NELCI	EME EF Prof. ^a NELC I GOM ES DA COST A	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	9	9	-	18	15 PASSA GEIRO S	R\$ 13, 01	R\$ 0,00		
70	-	JAPECANGA X BARRA DE SANTA ROSA X NELCI GOMES	EME EF Prof. ^a NELC I GOM ES DA COST A	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	7,65	7, 65	-	15 ,3	15 PASSA GEIRO S	R\$ 14, 57	R\$ 0,00		
71	-	JAPECANGA X BARRA DE SANTA ROSA X NELCI GOMES	EME EF Prof. ^a NELC I GOM ES DA COST A	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	7,65	7, 65	-	15 ,3	15 PASSA GEIRO S	R\$ 14, 57	R\$ 0,00		



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

72	-	BOA ESPERANÇA X SANTA IZABEL X ÁGUA POTÁVEL	EMEI EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	M	5	SIM	0	45	4 5	23,34	23 ,3 4	-	46 ,6 8	45 PASSA GEIRO S	R\$ 8,4 9	R\$ 0,00		
73	-	BOA ESPERANÇA X SANTA IZABEL X ÁGUA POTÁVEL	EMEI EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	V	5	SIM	0	45	4 5	23,34	23 ,3 4	-	46 ,6 8	45 PASSA GEIRO S	R\$ 8,4 9	R\$ 0,00		
74	-	CABECEIRA DE SÃO JOSÉ X SÃO JOSÉ	EMEI EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	10,15	10 ,1 5	-	20 ,3	15 PASSA GEIRO S	R\$ 12, 19	R\$ 0,00		
75	-	CABECEIRA DE SÃO JOSÉ X SÃO JOSÉ	EMEI EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	10,15	10 ,1 5	-	20 ,3	15 PASSA GEIRO S	R\$ 12, 19	R\$ 0,00		
76	-	CABECEIRA DE SÃO JOSÉ X SEBASTIÃO DUTRA X SEBASTIÃO STOPA X SÃO JOSÉ	EMEI EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	17,45	17 ,4 5	-	34 ,9	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,6 3	R\$ 0,00		
77	-	CABECEIRA DE SÃO JOSÉ X SEBASTIÃO DUTRA X SEBASTIÃO STOPA X SÃO JOSÉ	EMEI EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	17,45	17 ,4 5	-	34 ,9	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,6 3	R\$ 0,00		
78	-	SANTA ISABEL X NEBLINA X RONCADOR X SÃO JOSÉ	EMEI EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	17,25	17 ,2 5	-	34 ,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,6 9	R\$ 0,00		
79	-	SÃO JOSÉ X CIMARIM X CORREGO JOSIMIM	EMEI EF VALD ECY AFON SO	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	7,75	7, 75	-	15 ,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 14, 85	R\$ 0,00		



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

			MOREIRA																
80	-	SÃO JOSÉ X CIMARIM X CORREGO JOSIMIM	EMEIEF VALDECY AFONSO MOREIRA	TR	M	5	SIM	0	15	15	7,75	7,75	-	15,5	15 PASSAGEIROS	R\$ 14,85	R\$ 0,00		
81	-	SÃO JOSÉ X PONTAL	EMEIEF VALDECY AFONSO MOREIRA	TR	V	5	SIM	0	15	15	17,25	17,25	-	34,5	15 PASSAGEIROS	R\$ 8,69	R\$ 0,00		
82	-	SÃO JOSÉ X PONTAL	EMEIEF VALDECY AFONSO MOREIRA	TR	M	5	SIM	0	15	15	17,25	17,25	-	34,5	15 PASSAGEIROS	R\$ 8,69	R\$ 0,00		
83	-	SÃO JOSÉ X ROCADOR X SÃO JOSÉ	EMEIEF VALDECY AFONSO MOREIRA	TR	M	5	SIM	0	15	15	12,75	12,75	-	25,5	15 PASSAGEIROS	R\$ 10,16	R\$ 0,00		
84	-	SÃO JOSÉ X ROCADOR X SÃO JOSÉ	EMEIEF VALDECY AFONSO MOREIRA	TR	V	5	SIM	0	15	15	12,75	12,75	-	25,5	15 PASSAGEIROS	R\$ 10,16	R\$ 0,00		
85	-	SANTA CLARA X MAFRA X CORREGO DOS FERREIRA X IRUPI	EMEIEF SONIA MARIA FARIAS PINHEIRO	TR	M	5	SIM	0	23	23	29	29	-	58	23 PASSAGEIROS	R\$ 6,51	R\$ 0,00		
86	-	SANTA CLARA X MAFRA X CORREGO DOS FERREIRA X IRUPI	EMEIEF SONIA MARIA FARIAS PINHEIRO	TR	V	5	SIM	0	23	23	29	29	-	58	23 PASSAGEIROS	R\$ 6,51	R\$ 0,00		



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

			EIRO																
87	-	RECREIO X BURRO FROUXO X CORREGO DOS COELHOS X IRUPI	EME EF SONI A MARI A FARI A PINH EIRO	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	20,88	20 ,8 8	-	41 ,7 6	15 PASSA GEIRO S	R\$ 7,7 6	R\$ 0,00		
88	-	RECREIO X BURRO FROUXO X CORREGO DOS COELHOS X IRUPI	EME EF SONI A MARI A FARI A PINH EIRO	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	20,88	20 ,8 8	-	41 ,7 6	15 PASSA GEIRO S	R\$ 7,7 6	R\$ 0,00		
89	-	CORREGO FUNDO X MAFRA X IRUPI	EME EF SONI A MARI A FARI A PINH EIRO	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	18,36	18 ,3 6	-	36 ,7 2	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,3 7	R\$ 0,00		
90	-	AVENTUREIRO X SANTA CLARA X IRUPI	EME EF SONI A MARI A FARI A PINH EIRO	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	16,25	16 ,2 5	-	32 ,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 9,0 2	R\$ 0,00		
91	-	AVENTUREIRO X SANTA CLARA X IRUPI	EME EF SONI A MARI A FARI A PINH EIRO	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	16,25	16 ,2 5	-	32 ,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 9,0 2	R\$ 0,00		
92	-	COOCAPÉ X BOA ESPERANÇA	BOA ESPE RANÇ A	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	19,45	19 ,4 5	-	38 ,9	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,1 4	R\$ 0,00		
93	-	COOCAPÉ X MARIA JOSÉ CAETANO	MARI A JOSÉ CAET ANO	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	17	17	-	34	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,7 8	R\$ 0,00		



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

94	-	LAGOA X PALMITAL	PALMITAL	TR	V	5	SIM	0	15	15	12,5	12,5	-	25	15 PASSAGEIROS	R\$ 10,74	R\$ 0,00		
95	-	COOCAFÉ X BOA ESPERANÇA	BOA ESPERANÇA	TR	V	5	SIM	0	15	15	22,5	22,5	-	45	15 PASSAGEIROS	R\$ 7,44	R\$ 0,00		
VALOR TOTAL DAS LINHAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS																		R\$	

Valor total:

Declarações:

A empresa acima nomeada declara, sob as penas da Lei, que:

- Submete-se a todas as condições do edital de pregão presencial nº 012/2022 e seus respectivos anexos;
- Está ciente das obrigações que irá assumir caso seja vencedora da licitação;
- A execução do serviço será conforme especificado no edital de convocação;
- A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias.

_____, ____ de _____ de 2022.

Carimbo CNPJ/MF-

Assinatura e identificação do Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

ANEXO II
PLANILHA DE CUSTOS PARA REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DE
CONTRATO ADMINISTRATIVO

ITEM	VALOR CONTRATADO* (A)	VALOR DO INSUMO			NOVO VALOR (A + B)
		ANTES LICITAÇÃO** (1)	DEPOIS LICITAÇÃO** (2)	VARIAÇÃO (2 - 1) (B)	

* Os valores deverão ser representados com quatro casas decimais após a virgula

** Os valores deverão ser comprovados através de NF's, sendo uma em data anterior e/ou contemporânea à licitação e outra em data posterior à licitação

_____, ____ de _____ de 2022.

(nome completo do representante da empresa ou proprietário, nº da C.I.)
(assinatura)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

ANEXO III

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº. 000031/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2022

(Papel timbrado da empresa)

MODELO DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A empresa: _____, (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso VII, do Artigo 4º da Lei nº 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório.

_____, _____ de _____ de 2022.

(nome completo do representante da empresa ou proprietário, nº da C.I.)
(assinatura)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

ANEXO IV

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº. 000031/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2022

(Papel timbrado da empresa)

MODELO DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

A empresa: _____,
inscrita no CNPJ sob o nº _____ sediada na
_____, **DECLARA**, sob as penas da Lei,
que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua
participação no presente processo licitatório, na forma do Art. 9º, inciso III da Lei
nº 8.666/93; bem como, não ter em seu quadro social parentes por matrimônio,
consanguíneos até 2º grau ou por adoção do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários
Municipais, Vereadores ou Servidores Públicos, ciente da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de 2022.

(nome completo do representante da empresa ou proprietário, nº da C.I.)
(assinatura)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

ANEXO V

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº. 000031/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2022

(Papel timbrado da empresa)

**MODELO DECLARAÇÃO ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, DOU de 28/10/1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

_____, ____ de _____ de 2022.

**(nome completo do representante da empresa ou proprietário, nº da C.I.)
(assinatura)**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

ANEXO VI

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº. 000031/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2022

(Papel timbrado da empresa)

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO
PORTE

A Empresa _____, CNPJ nº. _____, Telefone: () _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, **DECLARA**, para os fins do disposto nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº. 123/06, ser microempresa/empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente.

Bem como **DECLARA** que fará uso dos benefícios concedidos pela norma infraconstitucional acima mencionada.

_____, ____ de _____ de 2022.

(nome completo do representante da empresa ou proprietário, nº da C.I.)
(assinatura)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº. 000031/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2022

CONTRATO Nº. ____/2022

Pelo presente instrumento, o Município de Irupi/ES, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 36.403.954/0001-92, com sede na Rua Jalmas Gomes de Freitas, nº. 151, Bairro Centro, nesta cidade de Irupi/ES, CEP: 29.398-000, neste ato representado pelo Prefeito o Exmº. Sr. Edmilson Meireles de Oliveira, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº. 813.296.287-72 e Carteira de Identidade n. 747.346 – SSP/ES, residente e domiciliado na Rua João Costa, n. 260, Bairro Centro, na cidade de Irupi/ES, CEP 29.398-000, adiante denominado simplesmente Contratante, e a empresa _____, estabelecida na Rua _____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____ representada neste ato por _____, inscrito no CPF sob o nº. _____ e RG _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, cidade de _____ Estado de _____, daqui por diante denominada simplesmente Contratada, com base no Processo de Licitação nº. 000031/2022, Pregão Eletrônico nº. 012/2022, Contrato nº ____/2022, em conformidade com a Lei 10.520/02, Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883/94, resolvem firmar o presente **CONTRATO**, observadas as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O objeto deste instrumento é à contratação de empresa especializada na execução de serviços de transporte escolar, com veículos apropriados, para transportar os estudantes da Rede Estadual e Municipal de Ensino,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

residentes em áreas Rurais e Urbanas do Município de Irupi/ES, de acordo com Calendário Escolar do exercício de 2022, no total de 205 (duzentos e cinco) dias letivos em relação ao Município de Irupi/ES, no total de 204 (duzentos e quatro) dias letivos em relação ao Estado do Espírito Santo, e 164 (cento e sessenta e quatro) dias letivos em relação a APAE/AEE, com quilometragens e rotas pré-estabelecidos, conforme Anexo I – Rotas/Linhas e Quilometragem, Termo de Referência, Plano de Trabalho e Planilha Estimativa de Preços, que fazem parte integrante do presente processo, para fins de instrução;

1.1. Se a qualidade dos serviços prestados não corresponder às especificações do Edital, estes serão devolvidos, aplicando-se as penalidades cabíveis;

1.2. A empresa deverá executar o serviço em conformidade com a quantidade, necessidade, solicitação e conveniência da Secretaria Municipal de Educação;

1.3. Firmado o contrato os serviços a serem prestados deverão ser iniciados em **até 05 (cinco) dias úteis, após a emissão da Ordem de Início dos Serviços ou da nota de empenho.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO

2.1. O pagamento da importância relativa à prestação de serviços correrá por conta de Dotação Orçamentária, já consignada no vigente orçamento, assim discriminado:

Secretária Municipal de Educação

Unidade Orçamentária	002 – Fundo Municipal de Educação
Projeto Atividade	2.063 – Manutenção das Ativ. Transporte de Alunos – Rede Municipal
Fonte de Recursos	11110000000 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos
Elemento Despesa	3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha	0213

Secretária Municipal de Educação

Unidade Orçamentária	002 – Fundo Municipal de Educação
Projeto Atividade	2.064 – Manutenção das Ativ. Transporte de Alunos – PNATE



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

Fonte de Recursos	11230000000 – Transferência de Recurso FNDE - PNATE
Elemento Despesa	3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha	0214

Secretária Municipal de Educação

Unidade Orçamentária	002 – Fundo Municipal de Educação
Projeto Atividade	2.062 – Manutenção das Ativ. Transporte de Alunos – SEDU
Fonte de Recursos	11250002000 – Recursos de Convênios destinados a Programas de Educação
Elemento Despesa	3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha	0215

2.2. Conforme previsão acima, os recursos disponíveis para cobertura das despesas, estão consignados nos repasses do Estado de Espírito Santo/Secretaria de Estado da Educação – Programa Estadual do Transporte Escolar – PETE/ES, Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE e Recursos Próprios do Município de Irupi/ES, conforme programação nos orçamentos de receitas e despesas da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. Pela contratação de que trata a cláusula anterior, a contratante se obriga a pagar à contratada, o valor total de R\$ _____ (_____);

3.2. O preço proposto e aprovado no processo licitatório será, nos termos da proposta da contratada, aquele cotado para a execução dos serviços ao Município de Irupi/ES, estando incluídos todos os custos direto e indireto requeridos para a execução dos mesmos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

4.1. Pela prestação dos serviços objeto da futura licitação, a contratante efetuará o pagamento à contratada, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada por servidor, não sendo o ordenador de despesas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

4.2. Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Irupi, ES, **em até 90 (noventa) dias após a data do recebimento da Nota Fiscal**, devidamente atestada e ainda com todas os documentos comprobatórios de Aferição dos Serviços Prestados, mediante Ordem Bancária e/ou transferência bancária em conta corrente indicada pela contratada;

4.3. A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal, documento em papel timbrado da empresa informando o Banco, número da agência e o número da Conta a ser depositado o pagamento, e, não será aceito, em nenhuma hipótese, a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais;

4.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;

4.5. A nota fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, não se admitindo notas fiscais emitidas com outros CNPJ's;

4.6. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal, a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Federal, Quanto a Dívida ativa da União e Seguridade Social (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional);
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- c) Certidão negativa de débitos com a Fazenda Estadual;
- d) Certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal;
- e) Certidão negativa de débitos com Fazenda Municipal de Irupi, ES;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- f) Certificado de Regularidade do FGTS;
- g) Cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração;
- h) Cópia da Folha de Pagamento (mês em referência) e dos comprovantes de recolhimento do INSS e FGTS em nome dos empregados (motoristas e monitores escolares), quando for o caso.

4.7. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis;

4.8. Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) Contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

4.9. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade;

4.10. A contratante poderá efetuar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à contratada;

4.11. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

CLAUSULA QUINTA – PREÇO E DO REAJUSTE

5.1. Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade as regras deste edital, fixo e irreajustável;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

5.2. O preço representará todos os custos e despesas com pessoal, direitos trabalhistas, equipamentos, transporte, encargos sociais, seguros, licenças e todos os demais custos relacionados ao fornecimento do objeto;

5.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no art. 65, alínea "d" da Lei 8.666/93;

5.4. No caso de solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente a Prefeitura Municipal de Irupi, instruindo seu pedido com documentos que comprovem a procedência do pedido, senão que o mesmo será encaminhado à assessoria jurídica do Município para o devido parecer;

5.5. O pedido também deverá ser instruído com a planilha constante do Anexo II do presente edital devidamente preenchida, sendo utilizada a seguinte metodologia para se apurar o novo preço:

$$NV = VC + V$$

Onde NV = Novo Valor / VC = Valor Contratado / V = Variação

A Variação é encontrada com a seguinte fórmula:

$$V = VIDL - VIAL$$

Onde VIDL = Valor do Insumo Depois da Licitação / VIAL = Valor do Insumo Antes da Licitação

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE DO VALOR DO CONTRATO: O contrato oriundo desta licitação vigorará por 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do inciso IV, do art. 57, da Lei n. 8.666/93 e suas atualizações, podendo ser seu valor reajustado a cada 12 (doze) meses pelo índice do IGP-M-FGV.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL: Se durante o prazo de vigência do presente contrato houver necessidade eventual de acréscimos ou supressões no objeto, fica a contratada obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta da licitação os acréscimos até o limite de 25% (vinte cinco por cento) do valor de contrato, mediante Termo Aditivo Contratual, de acordo com o que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO E VIGÊNCIA:

8.1 O Contrato Administrativo vigorará pelo **período de 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme determina o inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93, haja vista a natureza contínua de seu objeto conforme parecer/consulta TCES nº 018/2015;

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: São obrigações da Contratada:

- Cumprir o objeto do Contrato, executando os serviços em conformidade com as especificações constantes do Edital e seus anexos;
- Manter, durante toda a execução do Contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto no art. 55, Inciso XIII da Lei nº 8.666/93;
- Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho inclusive os ocasionados a terceiros;
- Aceitar nas mesmas condições Contratuais os acréscimos ou supressões que forem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;
- Manter os salários e demais obrigações decorrentes da relação de emprego dos seus empregados, que prestem serviços relativos a contrato, rigorosamente em



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

dia;

- Cumprir os horários e trajetos fixados pelo CONTRATANTE;
- Iniciar os serviços no dia determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Apanhar os alunos nos locais determinados pelo CONTRATANTE;
- Tratar com cortesia os alunos e os agentes de fiscalização do CONTRATANTE;
- Responder, direta ou indiretamente, por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE, aos alunos ou a terceiros, por dolo ou culpa;
- Cumprir as determinações do CONTRATANTE;
- Manter seus veículos sempre limpos e em condições de segurança;
- Permitir aos encarregados da fiscalização o livre acesso, em qualquer época, aos bens destinados ao serviço contratado;
- Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, que deverão ser segurados;
- Manter o serviço em funcionamento, substituindo o veículo em serviço por outro, na excepcionalidade que se fizer necessário;
- Manter o veículo com os requisitos exigidos pela legislação de trânsito, inclusive quanto às novas disposições que venham a ser editadas;
- Contratar seguro dos veículos a serem utilizados pela CONTRATADA;
- Obedecer ao que estabelece a legislação nacional de transporte, no que pertine ao fiel cumprimento desta contratação;
- Fornecer mão de obra especializada arcando com a devida remuneração e demais encargos exigidos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- Fornecer pessoal para a execução dos serviços, devendo arcar com remuneração e encargos trabalhistas, comerciais, previdenciários, fiscais e outros decorrentes do fornecimento, inclusive seguro cobrindo "riscos diversos", além de impostos e taxas devidas, as quais não transferem ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- Manter os veículos em bom estado de conservação e higiene, bem como todos os equipamentos necessários à segurança do mesmo e das pessoas transportadas bem como equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN;
- Manter em dia os pagamentos de IPVA, do seguro obrigatório e de responsabilidade civil;
- Arcar com as despesas de manutenção dos veículos;
- Manter em cada veículo, cintos de segurança em número igual à lotação;
- Manter em cada veículo, equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;
- Manter em cada veículo lanternas de luz branca, fosca ou amarela disposta na extremidade da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira, conforme Art. 136, inciso V – do Código de Trânsito Brasileiro;
- Manter em todos os veículos utilizados para o transporte escolar, pintura de faixa horizontal na cor amarela, com 40 cm (quarenta centímetro) de largura, com o dístico "ESCOLAR", em preto, sendo que, em caso de veículo de carroceria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;
- Oferecer cursos de capacitação para o motorista do transporte escolar;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do Município de Irupi ou a terceiros, decorrente de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: São obrigações da Contratante:

- Atestar a nota fiscal correspondente ao mês de execução dos serviços prestados, por intermédio do setor competente;
- Efetuar o pagamento do objeto deste contrato, mediante nota fiscal devidamente atestada e conferida pelo Setor Competente;
- Garantir acesso à Contratada às dependências do Contratante para cumprimento de suas respectivas obrigações;
- Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, Edital, Termo de Referência e os termos de sua proposta;
- Manter equipamentos e instrumentos que permitam o cumprimento das tarefas da Contratada;
- Disponibilizar Servidores qualificados para atendimento das necessidades da Contratada, quando solicitado, com a finalidade de esclarecer quaisquer dúvidas referente ao objeto do certame;
- Fornecer à Contratada todas as informações que esta necessitar para viabilizar a execução dos serviços, inclusive a relação atualizada dos funcionários das Escolas, Diretores e Fiscal responsáveis por fiscalizar o contrato;
- Efetuar os pagamentos de acordo com o estabelecido no termo de Contrato;
- Prestar à Contratada informação que eventualmente venham a ser solicitadas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- Providenciar todas as anotações em registro próprio, por intermédio da fiscalização, de todas as ocorrências que porventura acontecer no decorrer do contrato, comunicando-se sempre a Autoridade Superior ou a Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES:

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 a CONTRATADA que:

- a) Convocada para a celebração do contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo estipulado no edital, deixar de fazê-lo;
- b) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta contratação, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- a) Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- c) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução total do objeto;
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

11.3. As sanções previstas acima poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

11.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

11.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município de Irupi/ES, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da Municipal e cobrados judicialmente;

11.7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

11.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do contratado, o Município de Irupi/ES poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;

11.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

11.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização;

11.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

11.12. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONTROLE DA ENTREGA DOS ITENS LICITADOS

Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INDICAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO E GESTOR DE CONTRATO

14.1. Fica desde já indicado o Sr. Lucas Vitório Guedes Rocha, servidor público desta municipalidade, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar como fiscal do contrato no presente processo, bem como a Sra. Rosinei Teodoro de Almeida Oliveira, servidora pública desta municipalidade, lotada no cargo de Secretária Municipal de Educação para atuar como gestora do contrato no presente processo. Ambos ficam desde já cientes de suas responsabilidades e obrigações para com este Município, devendo agirem em estrito cumprimento da legalidade e sempre se pautando pela moralidade e transparência em suas ações, devendo sempre que ocorrer irregularidades na execução do presente objeto por parte da empresa licitante vencedora informar a Autoridade Máxima Municipal afim de que a mesma tome as medidas cabíveis para sanar tal irregularidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

15.1. A autoridade competente designará, formalmente, fiscais responsáveis pelo acompanhamento da execução da contratação, aos quais compete:

- a) Exercer de modo sistemático a fiscalização da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;
- b) Emitir ordens de fornecimento;
- c) Atestar o recebimento provisório e definitivo dos produtos fornecidos pela Contratada;
- d) Receber, conferir e atestar as notas fiscais, com base nas requisições emitidas pelo Setor Demandante;
- e) Solicitar a seus superiores, em tempo hábil, a adoção de medidas convenientes nos casos em que as providências necessárias ultrapassem sua competência de fiscalização, consoante disposto no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

15.2. O fiscal anotará todas as ocorrências relacionadas com a entrega em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme Termo de Referência;

15.3. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Município de Irupi/ES e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por qualquer inconsistência;

15.4. As decisões e providências que ultrapassem a competência da Comissão e/ou servidor deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

15.5. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável por todos os produtos fornecidos, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os fornecimentos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Será permitida a subcontratação de 20% (vinte por cento) dos serviços objeto da contratação, nos termos do art. 72 da Lei Federal nº 8.666/93, e caso a(s) licitante(s) optem pela subcontratação nos percentuais admitidos pela Administração pública Municipal, deverá na assinatura do contrato apresentar todos os documentos habilitatórios constantes neste termo de referência em nome da subcontrata; bem como deverá apresentar o contrato de subcontratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1. O objeto do contrato oriundo da licitação será a prestação de serviço contínuo de transporte escolar de alunos durante os dias letivos, conforme calendário escolar 2022 e outros exercícios vindouros, nos dias, itinerários e locais estipulados no anexo de descrição de linhas/rotas contido no Termo de Referência;

17.2. O contratado deverá prestar serviços, quando convocado, em horários especiais, feriados e festividades cívicas de acordo com o calendário escolar;

17.3. A solicitação de contratação de serviço de transporte escolar, os itinerários, pontos e quilometragens estão definidos no Anexo I e Mapas das Rotas contidos no Termo de Referência;

17.4. O responsável pelo serviço de transporte escolar (contratada) deverá estar apto a receber queixas de pais, alunos e munícipes, ficando incumbido de buscar as soluções cabíveis e de manter a Secretaria Municipal de Educação e a Controladoria Geral do Município informado sobre o assunto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

17.5. Além da fiscalização do contrato, os Diretores das Escolas Estaduais e Municipais irão auxiliar nas fiscalizações dos serviços contratados, acompanhando regularmente a prestação do serviço e atestando, através de formulário próprio, o transporte e as responsabilidades dos contratados;

17.6. Em caso de ocorrências, estas serão informadas ao responsável pelo serviço de transporte escolar e no relatório mensal, sendo que a Secretaria Municipal de Educação ou Diretoria de transporte escolar o único responsável pela emissão do BO (Boletim de Ocorrências), com base nos dados relatados;

17.7. O fiscal do contrato de transporte escolar designado pela Secretaria Municipal de Educação deverá acompanhar a prestação do serviço de transporte, enviando, mensalmente, um relatório a Secretária Municipal até o penúltimo dia útil do mês da prestação do serviço;

17.8. Só poderão embarcar nos ônibus os alunos que estiverem uniformizados ou identificados;

17.9. Poderão embarcar e acompanhar o serviço de transporte escolar os membros do Conselho de Acompanhamento do FUNDEB e demais pessoas credenciadas pela Secretaria Municipal de Educação, para exercer função de fiscalização;

17.10. O Público a ser atendido com o Transporte de Escolares, são os alunos da rede pública, prioritariamente, os residentes no meio rural;

17.11. Fica expressamente proibido o transporte de pessoas que não sejam estudantes ou mesmo alunos que não estejam em horário escolar, denominados **"caronas"**, ficando o contratado responsável, caso seja descumprindo a determinação;

17.12. Os veículos contratados deverão estar estacionados em frente às Escolas Municipais e/ou Estaduais, 20 (vinte) minutos antes do término de cada turno.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONDUTORES E MONITORES

18.1. DOS CONDUTORES

18.1.1. Os condutores para exercerem as atividades, deverão ser cadastrados junto ao DETRAN/ES, nos termos da Instrução de Serviço nº 74/2014 do DETRAN/ES (e alterações), Instrução de Serviço nº 93, de 23 de junho de 2016 do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Espírito Santo (Do Transporte Escolar), Instrução de Serviço DETRAN-ES Nº 194N DE 22/09/2017 e Instrução de Serviço DETRAN-ES Nº 34 DE 30/06/2020.

a) São exigências em relação aos condutores:

- Trajar-se com uniforme (usando camisas com mangas, calças compridas, saia, sapatos, tênis ou sandália presa ao calcanhar);
- Tenham idade superior a 21 anos;
- Possuir habilitação para dirigir veículos na categoria “D” ou superior;
- Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os 12 últimos meses;
- Possuir curso de Formação de Condutor de Transporte Escolar;
- Possuir Carteira de Credencial específica do DETRAN para transporte de escolares;
- Apresentar resultado de exame toxicológico realizado nos últimos 06 (seis) meses;
- Está devidamente registrado com vínculo empregatício na CTPS ou instrumento equivalente;
- Conduzir estudantes até o destino final sem interrupção voluntária da viagem;
- Tratar com urbanidade os estudantes e o público;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- Aproximar o veículo da guia da calçada (ao lado do portão da unidade escolar) para efetuar o embarque e o desembarque de passageiros, sempre que possível;
- Orientar os estudantes, coibindo comportamentos inadequados durante a viagem, mantendo-os sentados e evitando atitudes que possam afetar a concentração do condutor do veículo e colocar terceiros em riscos;
- Recolher, guardar e posteriormente entregar qualquer objeto esquecido no veículo;
- Permitir e facilitar a ação da fiscalização da autoridade da Secretaria Municipal de Educação;
- Não havendo monitor(a) no veículo, fica o condutor responsável em realizar as orientações pertinentes aos estudantes.

b) É vedado aos condutores:

- Fumar, quando estiver conduzindo estudantes;
- Trabalhar ingerindo ou após ter ingerido bebida alcoólica ou outra substância tóxica;
- O uso de short ou minissaias e calçados abertos que não se fixem aos pés;
- Ausentar-se do veículo, quando este estiver aguardando estudantes, exceto para garantir maior segurança aos mesmos;
- Abastecer o veículo quando estiver conduzindo estudantes;
- Dirigir em situações que ofereçam riscos à segurança dos estudantes ou de terceiros;
- Dirigir o veículo em desacordo com as normas da legislação de trânsito;
- Dirigir o veículo estando suspenso ou cassado o direito de dirigir na forma prevista pelo Código de Trânsito Brasileiro;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- Realizar a prestação de serviço de transporte de escolar sem estar devidamente autorizado e regular com seu credenciamento;
- Apresentar documento comprovadamente falso ou adulterado, ou que sabe ou deveria saber ser falsificado ou para cuja obtenção tenha concorrido.
- Não cumprir integralmente os itinerários, pontos e rotas acordados com o serviço de transporte escolar/ Secretaria Municipal de Educação;
- Oferecer carona no veículo de transporte escolar a terceiros sem a devida autorização formal da Secretaria Municipal de Educação.

18.2. DOS MONITORES

18.2.1. A licitante vencedora deverá contratar monitor de transporte escolar conforme quantidades mencionadas na Planilha de Itinerários do Transporte Escolar, com maioria civil, devidamente capacitado para a função, para atender aos alunos, devendo, quando necessário, auxiliar no embarque e desembarque, conforme suas necessidades educacionais e especiais (cadeirante, dificuldade locomotora e outros);

18.2.2. No transporte de estudantes com até 09 (nove) anos de idade, é obrigatória a presença de monitor/acompanhante, com idade mínima de 18 anos. Os mesmos deverão ser cadastrados/autorizados nos termos da Instrução de Serviço nº 074, do DETRAN/ES (e alterações) e Instrução de Serviço nº 93, de 23 de junho de 2016 do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Espírito Santo (Do Transporte Escolar);

18.2.3. O Monitor de Transporte Escolar deverá apresentar-se devidamente identificado com crachá e trajando uniforme. Deverá prestar esclarecimentos, sempre que solicitado, de quaisquer problemas relacionados à execução do transporte;

18.2.4. O Monitor de Transporte Escolar deverá contatar regularmente o diretor ou responsável pela unidade escolar, ou com o Setor de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, mantendo-o informado de quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final da prestação dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

a) São atribuições dos monitores:

- Trajar-se com uniforme (camisas com mangas, calças compridas, saia, sapatos, tênis ou sandália presa ao calcanhar);
- Orientar o embarque e desembarque dos escolares nos portões das unidades escolares até que os mesmos estejam seguros;
- Acompanhar todo o trajeto do veículo até que o último estudante seja entregue na unidade escolar e/ou nos pontos correspondentes a sua linha;
- Tratar com urbanidade os escolares e o público;
- Recolher, registrar, manter guarda e entregar ao(s) escolar(es), o mais rápido possível, qualquer objeto esquecido no veículo;
- Manter o decoro;
- Orientar os escolares, coibindo comportamentos inadequados durante a viagem, mantendo-os sentados e evitando atitudes que possam afetar a concentração do condutor do veículo e colocar terceiros em riscos;
- Resolver os conflitos ocorridos dentro do veículo escolar por meio do diálogo e orientações quanto aos deveres e responsabilidades de cada um;
- Prestar informações aos pais ou responsáveis pelos escolares, quando solicitado, ou sempre que observar comportamentos inadequados durante a viagem que possam comprometer as atividades do condutor ou colocar em risco outros usuários ou terceiros;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- Participar dos cursos de desenvolvimento comportamental previstos na Instrução de Serviço nº 074/2014, de 23 de dezembro 2014;
- Verificar se todos os escolares transportados se encontram com o cinto de segurança regularmente afixados;
- Em caso de porte de objetos que oferecem riscos, cabe ao monitor(a) recolher e apresentar a empresa prestadora do serviço, que deverá informar o ocorrido ao Setor de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, para que sejam tomadas as providências cabíveis;
- Usar a credencial emitida pelo DETRAN/ES.

b) São proibições aos monitores:

- Fumar, quando estiver em atividade;
- O uso de short ou minissaias e calçados abertos que não se fixem aos pés;
- Adotar comportamentos que possam tirar a concentração do condutor e com isso causar riscos de acidentes;
- Manter a porta do veículo aberta quando este estiver em movimento;
- Trabalhar ingerindo ou após ter ingerido bebida alcoólica ou outra substância tóxica;
- Permitir que escolares sejam transportados em pé, em locais inadequados ou fora do permitido em lei;
- Portar ou manter no veículo arma de qualquer espécie;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- Exercer a atividade estando suspenso ou cassado em decorrência de aplicação de penalidade por infração às normas estabelecidas na Instrução de Serviço nº 074/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO

19.1. O presente contrato será publicado, em resumo, no mural desta Prefeitura, e na Imprensa Oficial, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, correndo a despesa por conta do contratante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

20.1 - Aos casos omissos neste contrato serão aplicadas as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais legislação pertinente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO:

21.1 As partes contratantes elegem o Foro da comarca da contratante, como sendo o competente para qualquer demanda que se verse sobre o presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais especial que seja. E por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente Contrato em 03 (três) vias igual teor e forma, e para um só efeito, o qual vai assinado pelas partes contratantes e duas testemunhas abaixo indicadas.

Irupi- ES, ____ de _____ de 2022.

EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

ANEXO VIII PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

LINHAS ESTADUAIS - IRUPI

ITEM	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Tipo de Linha	Turno	Dias/Semana	Monitor	Alunos			Quilometragem				Capacidade Veículo	Custo			
								Estado	Município	Total	Ida	Volta	Aprov.	Total		RS/km	Estado/DIA	Município/DIA	Total
1	20202652046	CORREGO SANTA ROSA X CÔRREGO BOM DESTINO X CÔRREGO VARGEM ALEGRE X VILA BELA VISTA	EEEFM BERNARDO HORTA	TR	M	5	NÃO	24	0	24	4,8	4,8	0	9,6	41 passageiros	R\$ 42,08	R\$ 403,97	R\$ 0,00	R\$ 82.409,47
2	20212652054	CORREGO PALMITAL SANTA CRUZ X CÔRREGO PALMITAL X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	TR	V	5	NÃO	25	0	25	14,5	14,5	12,1	41,1	41 passageiros	R\$ 8,28	R\$ 340,31	R\$ 0,00	R\$ 69.422,83
3	20172652004	TREVO SANTA CRUZ X CÔRREGO TIJUCO PRETO X SANTA CRUZ X CÔRREGO DAS PEDRAS -SANTA CRUZ X CÔRREGO ESQUERDO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	TR	M	5	NÃO	17	0	17	12,1	12,1	10,4	34,6	41 passageiros	R\$ 8,28	R\$ 286,49	R\$ 0,00	R\$ 58.443,55
4	20172652006	CORREGO SANTA CLARA DE IRUPI X CÔRREGO DO COELHO X CÔRREGO DO AVENTUREIRO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	TR	M	5	NÃO	8	0	8	12,5	12,5	20,6	45,6	15 passageiros	R\$ 6,30	R\$ 287,28	R\$ 0,00	R\$ 58.605,12
5	20222652083	SANTA CLARA DOS PILÕES X CÔRREGO DO AVENTUREIRO X CÔRREGO SÃO QUIRINO X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	TR	V	5	NÃO	5	0	5	20,6	20,6	12,5	53,7	15 passageiros	R\$ 6,30	R\$ 338,31	R\$ 0,00	R\$ 69.015,24
6	20172652007	CORREGO SANTA CLARA X CÔRREGO DO AVENTUREIRO X CÔRREGO ESQUERDO X	EEEFM BERNARDO HORTA	TR	M	5	NÃO	7	0	7	6,6	6,6	0	13,2	15 passageiros	R\$ 28,76	R\$ 379,63	R\$ 0,00	R\$ 77.444,93



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

		IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA																		
7	20172652008	CORREGO ESQUERDO X CÓRREGO SÃO JOÃO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	2	0	2	11,3	11,3	0	22,6	08 passageir os	R\$ 16,57	R\$ 374,48	RS 0,00	R\$ 76.394,33	
8	20172652036	CORREGO DO LAGE X CORREGO FUNDO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	5	0	5	12,8	12,8	6	31,6	23 passageir os	RS 7,86	R\$ 248,38	RS 0,00	R\$ 50.668,70	
9	20172652010	CORREGO DO MAFRA X CÓRREGO DO LAGE X Córrego FIGUEIRA X CÓRREGO DOS COELHOS X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	20	0	20	27,9	27,9	0	55,8	23 passageir os	RS 7,86	R\$ 438,59	RS 0,00	R\$ 89.471,95	
10	20172652011	BARRA DO RECREIO X CÓRREGO DOS COELHOS X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	14	0	14	9	9	13, 3	31,3	15 passageir os	RS 7,84	R\$ 245,39	RS 0,00	R\$ 50.059,97	
11	20222652082	IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	V	5	NÃO	3	0	3	13,3	13,3	9	35,6	15 passageir os	RS 7,84	R\$ 279,10	RS 0,00	R\$ 56.937,22	
12	20212652057	PEDRA ROXA X SANTA CLARA X CORREGO DOS FERREIRAS X CÓRREGO DO MÁFRA X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	6	0	6	18,8	18,8	0	37,6	15 passageir os	RS 8,36	R\$ 314,34	RS 0,00	R\$ 64.124,54	
13	20172652013	CORREGO DOS FERREIRAS X CÓRREGO DO MAFRA X CÓRREGO FUNDO X LAJE X CÓRREGO DOS LORDEIROS X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	9	0	9	8,7	8,7	7,5	24,9	15 passageir os	RS 8,36	R\$ 208,16	RS 0,00	R\$ 42.465,46	
14	20212652058	BARRA DO RECREIO X CÓRREGO DO SABIA X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	2	0	2	17,2	17,2	0	34,4	15 passageir os	RS 8,69	R\$ 298,94	RS 0,00	R\$ 60.982,94	
15	20212652068	CONEXAO PARA ROTA 20172652014 - CÓRREGO DO RECREIO X CÓRREGO BARRA DE SANTA ROSA X CÓRREGO DO	EEEFM BERNARDO HORTA	C O	M	5	NÃO	14	0	14	11	11	1	23	15 passageir os	RS 8,69	R\$ 199,87	RS 0,00	R\$ 40.773,48	



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

		SABIA X BAR DO ZÊ																	
16	20172652018	SAO JOSE X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	3	0	3	17,3	17,3	0	34,6	08 passageir os	R\$ 6,57	R\$ 227,32	R\$ 0,00	R\$ 46.373,69
17	20172652015	SAO JOSE X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	6	0	6	18,8	18,8	2,4	40	08 passageir os	R\$ 6,57	R\$ 262,80	R\$ 0,00	R\$ 53.611,20
18	20172652016	CÓRREGO DO AVENTUREIRO X CÓRREGO SÃO QUIRINO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	15	0	15	8,6	8,6	0	17,2	23 passageir os	R\$ 24,95	R\$ 429,14	R\$ 0,00	R\$ 87.544,56
19	20212652059	CÓRREGO DOS PILÕES X CÓRREGO SANTA CLARA X CÓRREGO DO AVENTUREIRO X CÓRREGO SÃO QUIRINO X CÓRREGO DOS LORDEIROS X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	8	0	8	10,3	10,3	0	20,6	15 passageir os	R\$ 10,23	R\$ 210,74	R\$ 0,00	R\$ 42.990,55
20	20172652017	SANTA CLARA DOS PILÕES X CÓRREGO DO AVENTUREIRO X CÓRREGO SÃO QUIRINO X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	9	0	9	11,8	11,8	2,3	25,9	15 passageir os	R\$ 10,23	R\$ 264,96	R\$ 0,00	R\$ 54.051,23
21	20172652019	CÓRREGO DO SABIA X CÓRREGO SANTA ROSA X CÓRREGO FUNDO X ALTO TRINDADE X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	9	0	9	6,7	6,7	14, 5	27,9	15 passageir os	R\$ 8,14	R\$ 227,11	R\$ 0,00	R\$ 46.329,62
22	20212652060	CÓRREGO LAGÊ X CÓRREGO SANTA ROSA X BARRA SANTA ROSA X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEEFM BERNARDO HORTA	T R	V	5	NÃO	13	0	13	14,5	14,5	6,7	35,7	15 passageir os	R\$ 8,14	R\$ 290,60	R\$ 0,00	R\$ 59.281,99
23	20172652021	SANTO ANTONIO X CÓRREGO SANTA ROSA X ALTO SANTA ROSA X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	13	0	13	14,4	14,4	0	28,8	15 passageir os	R\$ 14,77	R\$ 425,38	R\$ 0,00	R\$ 86.776,70



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

24	20212652062	TAQUARA PRETA X BURRO FROUXO X BOM DESTINO X CABECEIRA DE SÃO JOSÉ X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	9	0	9	16,9	16,9	0	33,8	15 passageiros	R\$ 12,87	R\$ 435,01	R\$ 0,00	R\$ 88.741,22
25	20212652063	TAQUARA PRETA X BURRO FROUXO X BOM RECREIO X BOM DESTINO X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	30	0	30	11,9	11,9	0	23,8	41 passageiros	R\$ 19,56	R\$ 465,53	R\$ 0,00	R\$ 94.967,71
26	20182652040	DONA PALMIRA X CÔRREGO PALMITAL X CÔRREGO SÃO BENTO X SANTA CRUZ X SANTA CRUZ DE IRUPI X CONEXAO X TRONCO 20172652004	EEEFM BERNARDO HORTA	C O	M	5	NÃO	4	0	4	10,8	10,8	15,7	37,3	15 passageiros	R\$ 7,01	R\$ 261,47	R\$ 0,00	R\$ 53.340,49
27	20222652086	DONA PALMIRA X CÔRREGO PALMITAL X CÔRREGO SÃO BENTO X SANTA CRUZ X SANTA CRUZ DE IRUPI X CONEXAO X TRONCO 20212652054	EEEFM BERNARDO HORTA	C O	V	5	NÃO	7	0	7	15,7	15,7	10,8	42,2	15 passageiros	R\$ 7,01	R\$ 295,82	R\$ 0,00	R\$ 60.347,69
28	20212652055	SÃO JOSÉ DO SAÇUÍ X SANTA CRUZ X CÔRREGO ESQUERDO X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	15	0	15	21,2	21,2	0	42,4	23 passageiros	R\$ 11,51	R\$ 488,02	R\$ 0,00	R\$ 99.556,90
29	20182652041	CÔRREGO DO MAFRA X CÔRREGO SANTA CLARA DE IRUPI X CÔRREGO DOS LORDEIROS X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	V	5	NÃO	8	0	8	8,8	8,8	0	17,6	15 passageiros	R\$ 22,34	R\$ 393,18	R\$ 0,00	R\$ 80.209,54
30	20212652061	SANTA ROSA X ALTO TRINDADE X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	7	0	7	14,2	14,2	0	28,4	15 passageiros	R\$ 14,92	R\$ 423,73	R\$ 0,00	R\$ 86.440,51
31	20172652022	SÃO JOSÉ DO IRUPI X BURRO FROUXO X BOM DESTINO X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	V	5	NÃO	12	0	12	20,3	20,3	0	40,6	15 passageiros	R\$ 11,30	R\$ 458,78	R\$ 0,00	R\$ 93.591,12
32	20212652066	SANTA ROSA X CABECEIRA DE SANTA ROSA X	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	11	0	11	10,6	10,6	0	21,2	15 passageiros	R\$ 19,03	R\$ 403,44	R\$ 0,00	R\$ 82.300,94



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

		EEEFM BERNARDO HORTA																	
33	20212652067	PEDRA ROXA X CÓRREGO SANTA CLARA X CÓRREGO DOS FERREIRAS X CÓRREGO DO AVENTUREIRO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	13	0	13	21,7	21,7	0	43,4	15 passageiros	R\$ 10,76	R\$ 466,98	R\$ 0,00	R\$ 95.264,74
34	20172652014	LINHA TRONCO PARA CONEXÃO - 2021300903 X CÓRREGO DO RECREIO X BARRA DE SANTA ROSA X CÓRREGO DOS COELHOS X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	26	0	26	7,1	7,1	1	15,2	41 passageiros	R\$ 27,99	R\$ 425,45	R\$ 0,00	R\$ 86.791,39
35	20212652069	CÓRREGO BOM DESTINO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	11	0	11	8,1	8,1	0	16,2	15 passageiros	R\$ 23,94	R\$ 387,83	R\$ 0,00	R\$ 79.116,91
36	20212652070	PEDRA ROXA X SANTA CLARA DE BAIXO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	4	0	4	17,5	17,5	18,3	53,3	15 passageiros	R\$ 6,04	R\$ 321,93	R\$ 0,00	R\$ 65.674,13
37	20222652085	PEDRA ROXA X CÓRREGO SANTA CLARA X CÓRREGO DOS FERREIRAS X CÓRREGO DO AVENTUREIRO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	V	5	NÃO	10	0	10	18,3	18,3	17,5	54,1	15 passageiros	R\$ 6,04	R\$ 326,76	R\$ 0,00	R\$ 66.659,86
38	20212652056	BARRA DO RECREIO X CÓRREGO DA PUAIA X CÓRREGO VISTA ALEGRE X CÓRREGO BELA VISTA X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	6	0	6	11,5	11,5	0	23	15 passageiros	R\$ 10,13	R\$ 232,99	R\$ 0,00	R\$ 47.529,96
39	20212652064	BARRA DO RECREIO X CÓRREGO DA PUAIA X CÓRREGO VISTA ALEGRE X CÓRREGO BELA VISTA X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	14	0	14	10,5	10,5	0,5	21,5	15 passageiros	R\$ 10,13	R\$ 217,80	R\$ 0,00	R\$ 44.430,18
40	20212652065	BARRA DO RECREIO X CÓRREGO DA PUAIA X CÓRREGO VISTA ALEGRE X CÓRREGO BELA VISTA X IRUPI X	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	7	0	7	13,9	13,9	0	27,8	15 passageiros	R\$ 14,76	R\$ 410,33	R\$ 0,00	R\$ 83.706,91



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

		EEEFM BERNARDO HORTA																	
41	20212652078	CORREGO DO SABIÁ X CÔRREGO SANTA ROSA X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	13	0	13	11,5	11,5	0	23	15 passageiros	R\$ 17,69	R\$ 406,87	R\$ 0,00	R\$ 83.001,48
42	20212652079	CORREGO FUNDO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	4	0	4	4	4	0	8	08 passageiros	R\$ 42,58	R\$ 340,64	R\$ 0,00	R\$ 69.490,56
43	20212652080	CORREGO FUNDO X CÔRREGO DOS LORDEIROS X CÔRREGO FLORINDO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	8	0	8	7,6	7,6	0	15,2	15 passageiros	R\$ 25,41	R\$ 386,23	R\$ 0,00	R\$ 78.791,33
44	20212652081	CORREGO SANTA ROSA X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	14	0	14	12,1	12,1	0	24,2	15 passageiros	R\$ 16,73	R\$ 404,87	R\$ 0,00	R\$ 82.592,66
45	20212652071	SAO JOSE DO SAÇUÍ X RESGATE X CAEE - AMOR PERFEITO	CAEE - AMOR PERFEITO	T R	V	4	NÃO	2	0	2	10,2	10,2	0	20,4	08 passageiros	R\$ 22,08	R\$ 450,43	R\$ 0,00	R\$ 73.870,85
46	20212652076	RETORNO - CAEE - AMOR PERFEITO X CABECEIRA DE SÃO JOSÉ X SANTA CRUZ DE IRUPI X TREVO SANTA CRUZ	CAEE - AMOR PERFEITO	T R	V	4	NÃO	1	0	1	0	13,7	0	13,7	08 passageiros	R\$ 16,87	R\$ 231,12	R\$ 0,00	R\$ 37.903,52
47	20212652072	IDA - SANTA CRUZ DE IRUPI X CABECEIRA DE SÃO JOSÉ X CAEE - AMOR PERFEITO	CAEE - AMOR PERFEITO	T R	V	4	NÃO	1	0	1	13,2	0	0	13,2	08 passageiros	R\$ 16,87	R\$ 222,68	R\$ 0,00	R\$ 36.520,18
48	20212652073	IDA - CORREGO DOS FERREIRAS X CÔRREGO DO AVENTUREIRO X CAROLINO BARBOSA X CAEE - AMOR PERFEITO	CAEE - AMOR PERFEITO	T R	V	4	NÃO	3	0	3	20,4	0	0	20,4	08 passageiros	R\$ 12,27	R\$ 250,31	R\$ 0,00	R\$ 41.050,51
49	20212652077	RETORNO - CAEE - AMOR PERFEITO X CAROLINO BARBOSA X CÔRREGO DO AVENTUREIRO X CORREGO DOS FERREIRAS X SÃO JOSÉ DO CAPARAÓ X SANTA CLARA DE BAIXO	CAEE - AMOR PERFEITO	T R	V	4	NÃO	2	0	2	0	20,2	0	20,2	08 passageiros	R\$ 12,27	R\$ 247,85	R\$ 0,00	R\$ 40.648,06
50	20212652074	IDA - EEEFM BERNARDO HORTA X CAEE - AMOR PERFEITO	CAEE - AMOR PERFEITO	T R	V	4	NÃO	2	0	2	1	0	0	1	08 passageiros	R\$ 37,46	R\$ 37,46	R\$ 0,00	R\$ 6.143,44



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

51	20212652075	RETORNO - CAEE - AMOR PERFEITO X BARRA DE SANTA ROSA X CÔRREGO VARGEM ALEGRE X CÔRREGO DA PEDREIRA	CAEE - AMOR PERFEITO	T R	V	4	NÃO	4	0	4	0	10,4	0	10,4	08 passageiros	R\$ 37,46	R\$ 389,58	R\$ 0,00	R\$ 63.891,78
LINHAS MUNICIPAIS - IRUPI																			
ITEM	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Tipo de Linha	Turno	Dias / Semana	Monitor	Alunos			Quilometragem				Capacidade Veículo	Custo			
								Estado	Município	Total	Ida	Volta	Aprov.	Total		R\$/km	Estado	Município/DIA	Total
52	-	AGUA POTAVEL X BOAS NOVAS X SANTA CRUZ	EMEI EF PROFª ENY LEAL MAC HADO	TR	M	5	SIM	0	45	45	31,8	31,8	-	63,6	45 PASSAGEIROS	R\$ 6,74	R\$ -	R\$ 428,66	R\$ 87.876,12
53	-	AGUA POTAVEL X BOAS NOVAS X SANTA CRUZ	EMEI EF PROFª ENY LEAL MAC HADO	TR	V	5	SIM	0	45	45	31,8	31,8	-	63,6	45 PASSAGEIROS	R\$ 6,74	R\$ -	R\$ 428,66	R\$ 87.876,12
54	-	CABECEIRA DO SÃO JOSÉ X SANTA CRUZ	EMEI EF PROFª ENY LEAL MAC HADO	TR	M	5	SIM	0	15	15	19,75	19,75	-	39,5	15 PASSAGEIROS	R\$ 7,67	R\$ -	R\$ 364,98	R\$ 74.820,90
55	-	CABECEIRA DO SÃO JOSÉ X SANTA CRUZ	EMEI EF PROFª ENY LEAL MAC HADO	TR	V	5	SIM	0	15	15	19,75	19,75	-	39,5	15 PASSAGEIROS	R\$ 7,67	R\$ -	R\$ 364,98	R\$ 74.820,90
56	-	SANTA CRUZ X CABECEIRA DO FAMA	EMEI EF PROFª ENY LEAL MAC HADO	TR	M	5	SIM	0	15	15	19,45	19,45	-	38,9	15 PASSAGEIROS	R\$ 7,83	R\$ -	R\$ 304,59	R\$ 62.440,34
57	-	SANTA CRUZ X CABECEIRA DO FAMA	EMEI EF PROFª ENY LEAL MAC HADO	TR	V	5	SIM	0	15	15	19,45	19,45	-	38,9	15 PASSAGEIROS	R\$ 7,83	R\$ -	R\$ 304,59	R\$ 62.440,34
58	-	SANTA CRUZ X SANTA CLARA	EMEI EF PROFª ENY LEAL MAC HADO	TR	M	5	SIM	0	45	45	17,5	17,5	-	35	45 PASSAGEIROS	R\$ 10,27	R\$ -	R\$ 359,45	R\$ 73.687,25



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

59	-	SANTA CRUZ X SANTA CLARA	EME EF PROFª ENY LEAL MAC HADO	TR	V	5	SIM	0	45	45	17,5	17,5	-	35	45 PASSA GEIRO S	R\$ 10, 27	R\$ -	R\$ 359,45	R\$ 73.687,25
60	-	SANTA CRUZ X SÃO BENTO	EME EF PROFª ENY LEAL MAC HADO	TR	M	5	SIM	0	15	15	16,13	16,13	-	32,26	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,6 3	R\$ -	R\$ 278,40	R\$ 57.072,78
61	-	SANTA CRUZ X SÃO BENTO	EME EF PROFª ENY LEAL MAC HADO	TR	V	5	SIM	0	15	15	16,13	16,13	-	32,26	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,6 3	R\$ -	R\$ 278,40	R\$ 57.072,78
62	-	BARRA DE SANTA ROSA X BARRA DO RECREIO	EME EF Profª NELCI GOME S DA COST A	TR	M	5	SIM	0	15	15	11,5	11,5	-	23	15 PASSA GEIRO S	R\$ 10, 95	R\$ -	R\$ 251,85	R\$ 51.629,25
63	-	BARRA DE SANTA ROSA X SABIÁ X NELCI GOMES DA COSTA	EME EF Profª NELCI GOME S DA COST A	TR	M	5	SIM	0	15	15	12,55	12,55	-	25,1	15 PASSA GEIRO S	R\$ 10, 27	R\$ -	R\$ 257,78	R\$ 52.844,29
64	-	BARRA DE SANTA ROSA X SABIÁ X NELCI GOMES DA COSTA	EME EF Profª NELCI GOME S DA COST A	TR	V	5	SIM	0	15	15	12,55	12,55	-	25,1	15 PASSA GEIRO S	R\$ 10, 27	R\$ -	R\$ 257,78	R\$ 52.844,29
65	-	BARRA DE SANTA ROSA X SANTA ROSA DE LIMA X ALTO TRINDADE	EME EF Profª NELCI GOME S DA COST A	TR	M	5	SIM	0	45	45	20,5	20,5	-	41	45 PASSA GEIRO S	R\$ 9,7 0	R\$ -	R\$ 397,70	R\$ 81.528,50
66	-	BARRA DE SANTA ROSA X SANTA ROSA DE LIMA X ALTO TRINDADE	EME EF Profª NELCI GOME S DA COST	TR	V	5	SIM	0	45	45	20,5	20,5	-	41	45 PASSA GEIRO S	R\$ 9,7 0	R\$ -	R\$ 397,70	R\$ 81.528,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

			A																
67	-	BARRA DO RECREIO X PEDREIRA	EME EF Prof. NELCI GOME S DA COST A	TR	M	5	SIM	0	15	15	15,615	15,615	-	31,23	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,83	RS -	R\$ 275,76	R\$ 56.530,98
68	-	BARRA DO RECREIO X PEDREIRA	EME EF Prof. NELCI GOME S DA COST A	TR	V	5	SIM	0	15	15	15,615	15,615	-	31,23	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,83	RS -	R\$ 275,76	R\$ 56.530,98
69	-	ESCOLA NELCI X SABIÁ X ESCOLA NELCI	EME EF Prof. NELCI GOME S DA COST A	TR	M	5	SIM	0	15	15	9	9	-	18	15 PASSA GEIRO S	R\$ 13,01	RS -	R\$ 234,18	R\$ 48.006,90
70	-	JAPECANGA X BARRA DE SANTA ROSA X NELCI GOMES	EME EF Prof. NELCI GOME S DA COST A	TR	M	5	SIM	0	15	15	7,65	7,65	-	15,3	15 PASSA GEIRO S	R\$ 14,57	RS -	R\$ 222,92	R\$ 45.698,81
71	-	JAPECANGA X BARRA DE SANTA ROSA X NELCI GOMES	EME EF Prof. NELCI GOME S DA COST A	TR	V	5	SIM	0	15	15	7,65	7,65	-	15,3	15 PASSA GEIRO S	R\$ 14,57	RS -	R\$ 222,92	R\$ 45.698,81
72	-	BOA ESPERANÇA X SANTA IZABEL X AGUA POTAVEL	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	M	5	SIM	0	45	45	23,34	23,34	-	46,68	45 PASSA GEIRO S	R\$ 8,49	RS -	R\$ 396,31	R\$ 81.244,21
73	-	BOA ESPERANÇA X SANTA IZABEL X AGUA POTAVEL	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	V	5	SIM	0	45	45	23,34	23,34	-	46,68	45 PASSA GEIRO S	R\$ 8,49	RS -	R\$ 396,31	R\$ 81.244,21



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

74	-	CABECEIRA DE SÃO JOSÉ X SÃO JOSÉ	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	M	5	SIM	0	15	15	10,15	10,15	-	20,3	15 PASSA GEIRO S	R\$ 12,19	R\$ -	R\$ 247,46	R\$ 50.728,69
75	-	CABECEIRA DE SÃO JOSÉ X SÃO JOSÉ	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	V	5	SIM	0	15	15	10,15	10,15	-	20,3	15 PASSA GEIRO S	R\$ 12,19	R\$ -	R\$ 247,46	R\$ 50.728,69
76	-	CABECEIRA DE SÃO JOSÉ X SEBASTIÃO DUTRA X SEBASTIÃO STOPA X SÃO JOSÉ	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	M	5	SIM	0	15	15	17,45	17,45	-	34,9	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,63	R\$ -	R\$ 301,19	R\$ 61.743,34
77	-	CABECEIRA DE SÃO JOSÉ X SEBASTIÃO DUTRA X SEBASTIÃO STOPA X SÃO JOSÉ	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	V	5	SIM	0	15	15	17,45	17,45	-	34,9	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,63	R\$ -	R\$ 301,19	R\$ 61.743,34
78	-	SANTA ISABEL X NEBLINA X RONCADOR X SÃO JOSÉ	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	M	5	SIM	0	15	15	17,25	17,25	-	34,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,69	R\$ -	R\$ 299,81	R\$ 61.460,03
79	-	SÃO JOSÉ X CIMARIM X CORREGO JOSIMIM	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	V	5	SIM	0	15	15	7,75	7,75	-	15,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 14,85	R\$ -	R\$ 230,18	R\$ 47.185,88
80	-	SÃO JOSÉ X CIMARIM X CORREGO JOSIMIM	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	M	5	SIM	0	15	15	7,75	7,75	-	15,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 14,85	R\$ -	R\$ 230,18	R\$ 47.185,88
81	-	SÃO JOSÉ X PONTAL	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	V	5	SIM	0	15	15	17,25	17,25	-	34,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,69	R\$ -	R\$ 299,81	R\$ 61.460,03



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

82	-	SÃO JOSÉ X PONTAL	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	M	5	SIM	0	15	15	17,25	17,25	-	34,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,6 9	R\$ -	R\$ 299,81	R\$ 61.460,03
83	-	SÃO JOSÉ X ROCADOR X SÃO JOSÉ	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	M	5	SIM	0	15	15	12,75	12,75	-	25,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 10,16	R\$ -	R\$ 259,08	R\$ 53.111,40
84	-	SÃO JOSÉ X ROCADOR X SÃO JOSÉ	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	V	5	SIM	0	15	15	12,75	12,75	-	25,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 10,16	R\$ -	R\$ 259,08	R\$ 53.111,40
85	-	SANTA CLARA X MAFRA X CORREGO DOS FERREIRA X IRUPI	EME EF SONI A MARI A FARI A PINHE IRO	TR	M	5	SIM	0	23	23	29	29	-	58	23 PASSA GEIRO S	R\$ 6,51	R\$ -	R\$ 432,68	R\$ 88.699,40
86	-	SANTA CLARA X MAFRA X CORREGO DOS FERREIRA X IRUPI	EME EF SONI A MARI A FARI A PINHE IRO	TR	V	5	SIM	0	23	23	29	29	-	58	23 PASSA GEIRO S	R\$ 6,51	R\$ -	R\$ 432,68	R\$ 88.699,40
87	-	RECREIO X BURRO FROUXO X CORREGO DOS COELHOS X IRUPI	EME EF SONI A MARI A FARI A PINHE IRO	TR	M	5	SIM	0	15	15	20,88	20,88	-	41,76	15 PASSA GEIRO S	R\$ 7,76	R\$ -	R\$ 384,61	R\$ 78.844,97
88	-	RECREIO X BURRO FROUXO X CORREGO DOS COELHOS X IRUPI	EME EF SONI A MARI A FARI A PINHE IRO	TR	V	5	SIM	0	15	15	20,88	20,88	-	41,76	15 PASSA GEIRO S	R\$ 7,76	R\$ -	R\$ 384,61	R\$ 78.844,97



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

89	-	CORREGO FUNDO X MAFRA X IRUPI	EME EF SONI A MARI A FARI A PINHE IRO	TR	M	5	SIM	0	15	15	18,36	18,36	-	36,72	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,37	R\$ -	R\$ 307,35	R\$ 63.006,01
90	-	AVENTUREIRO X SANTA CLARA X IRUPI	EME EF SONI A MARI A FARI A PINHE IRO	TR	M	5	SIM	0	15	15	16,25	16,25	-	32,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 9,02	R\$ -	R\$ 293,15	R\$ 60.095,75
91	-	AVENTUREIRO X SANTA CLARA X IRUPI	EME EF SONI A MARI A FARI A PINHE IRO	TR	V	5	SIM	0	15	15	16,25	16,25	-	32,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 9,02	R\$ -	R\$ 293,15	R\$ 60.095,75
92	-	COOCAPÉ X BOA ESPERANÇA	BOA ESPE RANÇ A	TR	M	5	SIM	0	15	15	19,45	19,45	-	38,9	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,14	R\$ -	R\$ 316,65	R\$ 64.912,43
93	-	COOCAPÉ X MARIA JOSÉ CAETANO	MARI A JOSÉ CAET ANO	TR	V	5	SIM	0	15	15	17	17	-	34	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,78	R\$ -	R\$ 298,52	R\$ 61.196,60
94	-	LAGOA X PALMITAL	PALM ITAL	TR	V	5	SIM	0	15	15	12,5	12,5	-	25	15 PASSA GEIRO S	R\$ 10,74	R\$ -	R\$ 268,50	R\$ 55.042,50
95	-	COOCAPÉ X BOA ESPERANÇA	BOA ESPE RANÇ A	TR	V	5	SIM	0	15	15	22,5	22,5	-	45	15 PASSA GEIRO S	R\$ 7,44	R\$ -	R\$ 334,80	R\$ 68.634,00
VALOR TOTAL DAS LINHAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS																			R\$ 6.171.868,76

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 6.171.868,76 (seis milhões, cento e setenta e um mil, oitocentos e sessenta e oito reais e setenta e seis centavos).



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

ANEXO IX TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO ELETRÔNICO BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL – BLL (PLATAFORMA)

1 - OBJETIVO

1.1. O Termo de Referência visa elucidar e direcionar as metodologias eficazes para a Comissão Permanente de Licitação e/ou Pregoeiro Oficial, para elaborar o ato convocatório e a formalização do processo administrativo de licitação.

1.2. Através do Termo de Referência, os requisitantes proporcionam propostas basilares sobre os processos administrativos mais comuns nas licitações públicas municipais. O acolhimento aos requisitos instituídos no Termo de Referência impedirá equívocos nas compras, serviços e contratações futuras, bem como a submissão aos ditames da Lei nº. 8.666/93, Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 123/2006 e demais legislações vigentes.

1.3. Este apontamento tem como escopo direcionar o posicionamento da CPL e/ou Pregoeiro Oficial sobre assuntos relacionados com as formalizações e controles dos procedimentos, certificando ao requisitante a eficácia da sua pretensão. O Termo de Referência reporta as diretrizes e as exigências previstas nas Leis que disciplinam o processo protocolar de licitações públicas, combinado com a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

1.4. As propostas e promoções insertas do Termo de Referência são de responsabilidades do requisitante. Por conseguinte, o não acatamento por parte da CPL ou do Pregoeiro Oficial na elaboração do Ato Convocatório, poderá não atender plenamente o objeto pretendido.

1.5. Nesse ínterim, o Termo de Referência deverá fazer parte do processo licitatório e estar à disposição dos licitantes interessados, uma vez que o Termo de Referência define, detalha e justifica a contratação de forma concisa, bem como os critérios para



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

concordância da prestação dos serviços, a composição de custos, as obrigações do contratado, os métodos de fiscalização, prazo de execução do contrato, penalidades aplicáveis, enfim, tudo que possa auxiliar a CPL ou Pregoeiro Oficial.

1.6. Desta forma, não poderá ser negado ao licitante o acesso a essas informações, devendo, para tanto, integrar o Edital ou estar à disposição do licitante para consulta.

2 - OBJETO

2.1. O presente Termo de Referência tem por objeto à contratação de empresa especializada na execução de serviços de transporte escolar, com veículos apropriados, para transportar os estudantes da Rede Estadual e Municipal de Ensino, residentes em áreas Rurais e Urbanas do Município de Irupi/ES, de acordo com Calendário Escolar do exercício de 2022, no total de 205 (duzentos e cinco) dias letivos em relação ao Município de Irupi/ES, no total de 204 (duzentos e quatro) dias letivos em relação ao Estado do Espírito Santo, e 164 (cento e sessenta e quatro) dias letivos em relação a APAE/AEE, com quilometragens e rotas pré-estabelecidos, conforme Anexo I – Rotas/Linhas e Quilometragem, Termo de Referência, Plano de Trabalho e Planilha Estimativa de Preços, que fazem parte integrante do presente processo, para fins de instrução.

3 – DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. Justifica-se a necessidade de se realizar licitação para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte Escolar, vez que, em que pese estar vigente o contrato, houve por parte da SEDU diversas alterações nas rotas, em virtude da implantação do TRANSCOLAR RURAL, que impossibilita a alteração do contrato vigente, com os acréscimos e supressões no percentual previsto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, sendo, todavia, necessário realizar novo procedimento licitatório para a referida contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

3.2. De início, salienta-se que, é direito do educando e dever do Estado o referido transporte, para que os alunos da Rede Pública Municipal e Estadual sejam transportados para as escolas em segurança, além de estimular a permanência dos mesmos no ambiente escolar.

3.3. Da mesma forma, é cediço que é obrigação do Estado oferecer aos alunos ensino de qualidade, destacando-se entre os princípios apontados para o desenvolvimento do ensino, a promoção de ações que assegurem a igualdade de condições para o acesso e a permanência à escola.

3.4. Sabe-se que o contexto social brasileiro é permeado pela desigualdade e pela falta de oportunidades ao exercício de muitos dos direitos fundamentais do cidadão. Esta realidade, por vezes, é tão forte que a simples disponibilização do ensino público gratuito não é suficiente para assegurar o acesso e a permanência da criança e do jovem na escola.

3.5. O educando, em especial, o mais carente, possui inúmeras dificuldades para manterem-se nas escolas, haja vista a falta de condições financeiras para garantir certas necessidades, tais como: alimentação, transporte, vestuário, material didático para uso diário, dentre outros. Por essas razões, o simples oferecimento do ensino público gratuito, muitas vezes, não é suficiente para permitir o acesso desse aluno na escola ou mesmo para assegurar a sua permanência.

3.6. Foi pensando nessa realidade que o legislador constituinte atrelou ao dever de oferecer a educação e outras obrigações que podemos chamá-las de "acessórias", mas que, na verdade, complementam o direito ao ensino público e por meio das quais se possibilita o acesso e a permanência do educando no ambiente escolar.

3.7. No artigo 208 da Constituição encontram-se as obrigações do Estado, no que tange ao oferecimento do ensino público. Trata-se de garantias asseguradas aos educandos, cuja finalidade é o efetivo exercício do direito à educação, estando, entre estas, o TRANSPORTE ESCOLAR, vejamos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

"Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I. ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II. progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III. atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV. educação infantil, em creche e pré-escola às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

V. acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI. oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII. atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo;

§ 2º- O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente".

(Destacamos)

3.8. Conforme se extrai do inciso VII do artigo 208 da CRFB/1988, o Estado deverá atender ao educando, no ensino fundamental, além de outros programas suplementares, o do Transporte, sob pena de o não oferecimento, ou sua ofertar irregular, importar em crime de responsabilidade da autoridade competente.

3.9. Na mesma linha, a Lei Federal nº 10.709/2003, que alterou a Lei nº 9.394/96, não deixa margens a dúvidas quanto a responsabilidade do Estado e Município na



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

prestação de serviços de transporte escolar, tornando como previsão expressa a responsabilidade de cada ente em relação aos alunos matriculados em sua rede de ensino, nos termos do que dispõe o art. 10, inc. VII e art. 11, inc. VI, da referida lei, senão vejamos:

"Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

(...)

**VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual.
(Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003);**

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

(...)

**VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.
(Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)".**

3.10. Destarte, está delimitada a responsabilidade de cada um dos entes, uma vez que, a Lei Federal determina, de forma precisa, a responsabilidade de cada um, não cabendo ao Município qualquer obrigação em relação aos alunos da rede estadual de ensino, salvo na hipótese de formalmente comprometer-se a assumir tal obrigação.

3.11. Nos termos colacionados acima, por sua vez, o mérito da questão, foi definitivamente aparado pela disposição, expressamente contida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), com dispositivos acrescidos pela Lei 10.709/03.

3.12. Em que pese a lei delimitar e definir de forma distinta a responsabilidade dos Estados e Municípios em relação ao transporte escolar de seus alunos, a Lei nº 10.709/03 assegura a possibilidade dos entes celebrarem pactos ou ajustes com vistas a promover, em sistema de colaboração, o programa do transporte escolar, nos termos insertos no art. 3º, *"in verbis"*: "Art. 3º: Cabe aos Estados articular-se com os respectivos Municípios, para prover o disposto nesta Lei da forma que melhor atenda aos interesses dos alunos".



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

3.13. Articulado nesse dispositivo legal e com objetivo de melhor atender aos interesses dos alunos, o Governo do Estado do Espírito Santo, através da Lei nº 9.999, de 03 de abril de 2013, institui o Programa Estadual do Transporte Escolar - PETE/ES, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação – SEDU, com o objetivo de transferir recursos financeiros diretamente aos municípios que realizem, nas suas respectivas áreas de circunscrição, o transporte escolar de alunos de ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos da rede pública estadual, residentes no meio rural.

3.14. Com a Edição dessa Lei, foi facultado à Secretaria de Estado da Educação – SEDU/ES, a possibilidade de transferência de recursos financeiros aos municípios com destino ao custeio da oferta de transporte escolar para alunos do ensino fundamental, ensino médio e da educação de jovens e adultos da rede escolar estadual, residentes em área rural, como garantia de acesso à escola e de permanência no processo de escolarização até sua conclusão.

3.15. Diante da necessidade de regulamentação, foi editado o Decreto nº 3277-R, de 09 de abril de 2013, que regulamenta o funcionamento do PETE/ES e a Portaria 013R, de 28 de janeiro de 2021, estabelece normas procedimentos de execução, acompanhamento e prestação de contas de recursos financeiros do programa.

3.16. Nesse interim, importante salientar, que o Município de Irupi, ES, firmou convênio com o Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria da Educação – SEDU, para realizar concomitantemente com o Município, o Transporte Escolar dos Alunos da Rede de Ensino Estadual.

3.17. Todavia, o Município de Irupi, ES, não possui todos os veículos apropriados para atender a todos os alunos da rede pública municipal e estadual, fato que, justifica a contratação de terceiros para complementar o atendimento ao transporte dos alunos do nosso município de maneira regular.

3.18. Assim sendo, justifica-se a necessidade da contratação de terceiros, mediante procedimento licitatório e nos termos da legislação vigente, pois, necessitamos de



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

atender todos os alunos da rede básica de educação municipal e estadual, com transporte escolar regular e em veículos apropriados, para que todos tenham condições de deslocar de suas comunidades/residências até as Unidades Escolares, com segurança e conforto, em busca do conhecimento, pois, ao nosso sentir, só com a educação de qualidade teremos um Brasil melhor e mais humanos para nossas crianças, jovens e adultos.

4 – DA JUSTIFICATIVA PARA A NÃO REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS/SRP

4.1. Inicialmente, insta destacar que as especificações do objeto e a quantidade dos quilômetros para cada item/rota são aqueles constantes no Anexo I deste Termo de Referência.

4.2. Como se trata de serviços que deverão ser prestados durante todo ano letivo e que estão pré-estabelecidos em quantidades e itinerários definidos, não justifica a realização de procedimento licitatório para registro de preços.

5 – DA JUSTIFICATIVA PARA A NÃO APLICAÇÃO DA LEI 123/06, QUANTO A EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A redação do artigo 48, inciso I, do Estatuto Nacional da ME e EPP, determina a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), por parte da Administração Pública Municipal.

Necessário ressaltar, que a Lei Complementar n. 123/06, permitiu em seu art. 49 e incisos, circunstâncias que justificam o afastamento da exigência do art. 48 e incisos.

Nesse sentido, o entendimento do Plenário do Tribunal de Contas da União no acórdão nº 2957/2012:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

"(...)Adotada a premissa de que o decreto não pode ir além da lei, e que, portanto, cabe à Administração decidir, em cada caso, se a licitação será, ou não, exclusivamente reservada à participação daquelas empresas, segue-se a consequência de que tal opção há de ancorar-se em fundadas razões, ou seja, deverá a Administração explicitar os respectivos motivos determinantes, se entender de afastar a exclusividade.

É que, sendo o tratamento diferenciado, como é, resultante de expressa política pública constitucional (CR/88, art. 170, IX), deve a Administração esclarecer os motivos pelos quais decidiu que determinada licitação, cujo objeto se contenha no limite legal fixado (R\$ 80.000,00), não será exclusiva para pequenas e microempresas. Entrevê-se que o legislador complementar entendeu ser possível valer-se do poder de compra do estado para fomentar o desenvolvimento dos pequenos empreendedores, admitida a discricão administrativa em face de circunstâncias que lhe cumpre esclarecer no caso concreto. Em outras palavras, a regra é a exclusividade, quando se cuidar de licitação de valor estimado em até R\$ 80.000,00 - assim se interpreta o "dever" posto no decreto, mas há exceções, desde que fundadas em motivos relevantes, que cumpre à Administração evidenciar em cada caso".

A par do exposto, é de bom alvitre trazer à baila as exceções ao disposto no art. 48 da Lei Complementar n. 123/06:

"Art. 49. Não se aplica o disposto nos [arts. 47 e 48 desta Lei Complementar](#) quando:

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;”

Por fim, cumpre anotar que adotar no presente certame a exclusividade destinada a microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) certamente trará prejuízo a Administração Pública Municipal de Irupí/ES; vez que o objeto a ser licitado é complexo, onde a quantidade de empresas participantes por si só já perfaz um número reduzido.

Com efeito, se a Administração insistir na limitação da presente licitação com exclusividade para ME/EPP, corre o risco de ver frustrado o certame e os itens serem considerados desertos/fracassados por não haverem propostas ou por não conseguir as empresas fornecer um serviço de qualidade e pelo preço estimado de referência, conforme preconiza o edital.

Da mesma forma, não se aplica o disposto no art. 48 da Lei Complementar n. 123/2006 quando o tratamento diferenciado e simplificado não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo para o conjunto do objeto a ser contratado.

Em síntese, realizar, o presente certame, prevendo a possibilidade de exclusividade para ME/EPP poderá representar prejuízos incalculáveis com a repetição de outro certame para itens que seriam fracassados ou desertos. A não aplicação do dispositivo, que prevê a obrigatoriedade, é atenuada com o disposto na própria Lei, que, em seu inciso II e III, do artigo 49, prevê a possibilidade da não aplicação como já descrito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

6 – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar na habilitação toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

6.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa;

6.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem “6.1.1” implicará a empresa licitante a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração Pública Municipal convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação;

6.3. Será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte;

6.4. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do alínea "a", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem "6.3", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem "6.3", será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- d) Na hipótese da não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, em sessão pública, após verificação da documentação de habilitação;
- e) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

7.1. Foi tomado como fundamentação legal o disposto nas seguintes legislações:

- Lei Federal nº 8.666, de 17 de junho de 1993 e alterações posteriores;
- Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;
- Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - nº 9.394/96 – LDB e suas alterações;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- Lei Estadual nº 9.999/2013 – que institui o Programa Estadual Transporte Escolar – PETE/ES;
- Lei Federal nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB e suas alterações;
- Portaria SEDU nº 43-R de 31 de junho de 2016, que estabelece o valor de referência do quilômetro rodado para o Programa do Transporte Escolar – PETE/ES;
- Portaria 013R, de 28 de janeiro de 2021, estabelece normas procedimentos de execução, acompanhamento e prestação de contas de recursos financeiros do programa;
- Decreto nº 3277-R, de 09 de abril de 2013, que regulamenta o funcionamento do PETE/ES;
- Parecer nº 01/2016 – TRANSCOLAR RURAL, emitido pelo Departamento de Engenharia de Transportes e Geotécnica da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG;
- Manual de Licitação e Regularização do Transporte Escolar do Departamento de Trânsito do Estado do Espírito Santo – DETRAN/ES;
- Instrução de Serviços DETRAN/ES, nº 194 N de 22 de setembro de 2017 e Instrução de Serviços DETRAN/ES, nº 34, de 30 de junho de 2020

8 – DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO SUGERIDA

8.1. As legislações básicas a serem definidas como fundamentações para a realização do procedimento licitatório são: Lei nº 10.520/012, Decreto nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores e Lei Complementar nº 101/00, dentre outras que regulamentam a matéria.

8.2. É cediço que a Lei 8.666/93 prevê cinco modalidades de licitação, conforme disposto em seu artigo 22, quais sejam: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão, sendo contidos no dispositivo dos cinco primeiros parágrafos, a definição de cada uma dessas modalidades. Além disso, a Lei nº 10.520/2012 criou a modalidade de Pregão, podendo, todavia, o mesmo ser presencial ou eletrônico.

8.3. Figurando como a mais singular das modalidades licitatórias para o presente caso, devidamente normatizada pela Lei 10.520/2002, o Pregão é uma das modalidades mais utilizadas pelos órgãos públicos para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, além de visar dar maior celeridade processual, pois suas exigências são menos burocráticas e seu prazo de publicação é um dos menores dentre as modalidades, ao nosso sentir, tem primordial objetivo de buscar a proposta mais vantajosa para administração.

8.4. Em que pese ser um ato discricionário dos administradores a decisão da modalidade de licitação a ser adotada (conforme o caso), foi editado pelo Governo Federal o Decreto nº 10.024/2019, com a finalidade de regulamentar a modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns.

8.5. O referido Decreto tornou obrigatória a modalidade Pregão na forma eletrônica, acaso as aquisições ou serviços, sejam efetuados com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

8.6. Cumpre registrar que, na presente contratação, algumas linhas/rotas municipais, serão custeadas com recursos provenientes de repasses do Governo Federal, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, através do



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE, que por sua vez já foi classificado com transferência voluntária nos termos do julgamento pronunciado no Acórdão nº 3.061/2019 – TCU – PLENÁRIO.

8.7. Assim sendo, diante dos fatos e fundamentos acima mencionados e verificando a necessidade da contratação almejada, sugerimos seja efetuada, através de regular processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, sob a forma de execução indireta, com busca da proposta mais vantajosa para o município, valendo ressaltar, entretanto, que a vantajosidade propalada, alia-se preço e qualidade dos serviços, considerando, para tanto, as disposições da Lei 10.520/2002, principalmente as previstas no art. 4º e seus respectivos incisos e disposições contidas no Decreto Federal nº 10.024/2019.

8.8. A modalidade de licitação, conforme mencionado, é apenas uma sugestão do órgão requisitante, devendo, para tanto, ser definida após análise de critérios técnicos elaborados pela Comissão Permanente de Licitação, Pregoeiro Oficial e Procuradoria Jurídica, que detém de conhecimentos técnicos para definição.

9 – DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

9.1. Em consulta ao Setor de Contabilidade do Município, foi informado pelo contador que as dotações orçamentárias para a referida aquisição é a constante da Lei Orçamentária de 2022, tendo as seguintes classificações:

Secretária Municipal de Educação

Unidade Orçamentária	002 – Fundo Municipal de Educação
Projeto Atividade	2.063 – Manutenção das Ativ. Transporte de Alunos – Rede Municipal
Fonte de Recursos	11110000000 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos
Elemento Despesa	3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha	0213

Secretária Municipal de Educação

Unidade Orçamentária	002 – Fundo Municipal de Educação
----------------------	-----------------------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

Projeto Atividade	2.064 – Manutenção das Ativ. Transporte de Alunos – PNATE
Fonte de Recursos	11230000000 – Transferência de Recurso FNDE - PNATE
Elemento Despesa	3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha	0214

Secretária Municipal de Educação

Unidade Orçamentária	002 – Fundo Municipal de Educação
Projeto Atividade	2.062 – Manutenção das Ativ. Transporte de Alunos – SEDU
Fonte de Recursos	11250002000 – Recursos de Convênios destinados a Programas de Educação
Elemento Despesa	3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha	0215

9.2. Conforme previsão acima, os recursos disponíveis para cobertura das despesas, estão consignados nos repasses do Estado de Espírito Santo/Secretaria de Estado da Educação – Programa Estadual do Transporte Escolar – PETE/ES, Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE e Recursos Próprios do Município de Irupí, ES, conforme programação nos orçamentos de receitas e despesas da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2022.

10 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

10.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas:

- Os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos;
- Que atenderem todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos;
- Em concordata ou em processo de recuperação judicial desde que faça juntada aos autos dos documentos relativos a habilitação econômico-financeira, bem como do Plano de Recuperação devidamente homologado pelo juiz competente, comprovando assim que a empresa licitante encontra-se em plena saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

financeira e que possui capacidade para executar o contrato sem qualquer risco para a Administração Pública Municipal.

10.1.1. Para participar deste Pregão Eletrônico os interessados deverão estar previamente credenciados no sistema "BLL", provido pela Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (<http://bll.org.br>);

10.1.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto a Bolsa de Licitações do Brasil – BLL no endereço eletrônico <http://bll.org.br/cadastro/>, onde também deverão informar - se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização;

10.1.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Irupi/ES responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

10.1.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

10.2. É vedada a participação de empresa, em qualquer fase deste Pregão Eletrônico, que se enquadre em uma ou mais situações a seguir:

- Em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- Estiverem cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou estiverem impedidas de contratar com a Administração Pública Municipal ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

Pública, não ocorrendo a reabilitação; e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no Art. 97, Parágrafo Único da Lei Federal 8.666/93;

- Que esteja reunida em consórcio ou coligação;
- Não poderá participar direta ou indiretamente da Licitação empresas cujos sócios administradores e/ou único dono tenham algum vínculo direito com a Administração Pública Municipal de Irupi/ES, seja a título de efetivação ou até mesmo contratação.

10.3. A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, fica sujeito às penalidades cabíveis;

10.4. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos; bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar a contratação nos termos propostos;

10.5. Todos os avisos relativos aos atos praticados durante o procedimento licitatório serão efetuados pelo Pregoeiro aos licitantes por meio do campo de mensagens do sistema eletrônico da plataforma da BLL, ficando sob inteira responsabilidade do licitante acompanhar o trâmite do certame.

11 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

11.1. Após a divulgação, pelo Município de Irupi/ES, do Edital no endereço eletrônico da plataforma “BLL”, na Imprensa Oficial da União, Estadual ou Regional, conforme o caso, as licitantes deverão encaminhar propostas de preços e documentos de habilitação, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, até a data e horário limite para acolhimento das propostas e habilitação, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento das propostas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

11.2. O preenchimento da proposta eletrônica ocorrerá mediante digitação no sistema eletrônico, conforme dispositivos da plataforma utilizada pelo Município para realização do pregão, por meio de transparência eletrônica do arquivo no sistema;

11.3. O licitante deverá apresentar a proposta de preços de forma detalhada, observando a descrição das linhas/rotas, a quantidade de Km de cada item/rota, o valor unitário e o valor total do item;

11.4. É obrigatório o cumprimento das exigências da cláusula "11.3", no sistema eletrônico, sob pena de desclassificação da proposta;

11.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;

11.6. O licitante enquadrado como microempresa e empresa de pequeno porte que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº123/2006 deverá informar essa condição em campo próprio do sistema eletrônico, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;

11.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

11.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

11.9. Até a abertura da proposta, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada;

11.10. Após o encerramento da fase de recebimento das propostas, é vedada a alteração dos dados inseridos no sistema eletrônico, sob pena de desclassificação da proposta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

11.11. Conforme dispositivo da legislação é vedado ao licitante identificar-se, no Sistema Eletrônico, quando do registro de sua proposta, sob pena de desclassificação do certame pelo Pregoeiro;

11.12. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

11.13. Para a formulação da proposta de preços o licitante deverá se valer das quantidades e a descrição detalhada dos dados das rotas/linhas constantes do sistema, sob pena de desclassificação;

11.14. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

11.15. Quaisquer tributos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo os produtos serem fornecidos ao Município, sem ônus adicionais;

11.16. Não se admitirá proposta que apresentar preço simbólico, irrisório ou de valor zero ou incompatível com os preços de mercado, ainda que este edital não tenha estabelecido limites mínimos;

11.17. Da mesma forma, serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços superiores aos estipulados para cada item, bem como com preços manifestamente inexequíveis, com base no inciso II do artigo 48 da Lei nº 8.666/93 e alterações;

11.18. As propostas deverão ter **validade mínima de 60 (sessenta) dias**, contados da data de envio da proposta na plataforma utilizada para realização do certame;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

11.19. A(s) licitante(s) deverá(ão) cotar os preços unitários e totais para cada linha/rota, em caso de assim não proceder(em), será (ão) desclassificada(s):

11.20. As propostas deverão ser cotadas obrigatoriamente em Real (R\$), com até 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

11.21. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital;

11.22. Após a disputa, sendo a licitante declarada vencedora do certame e havendo itens/lotos que contemplem mais de uma linha, no ato da apresentação da proposta para adequação do último lance, o percentual de desconto ofertado será aplicado de forma linear para todas as linhas que compõe o lote;

11.23. As licitantes deverão declarar que estarão computados no preço ofertado, todos os custos inerentes à contratação, dentre eles os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, licenças, hospedagens, mão de obra, fretes, motorista, monitores e outros custos relacionados aos serviços, inclusive garantias. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para à completa e correta execução dos serviços objeto da presente contratação e, não será aceito nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada, sob qualquer pretexto;

11.24. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no edital;

11.25. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

11.26. Sugerimos que o critério de julgamento do objeto do presente certame deverá ser o **"Menor Preço por Item"**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

11.27. O Valor total estimado da presente contratação é de **R\$ 6.171.868,76 (seis milhões, cento e setenta e um mil, oitocentos e sessenta e oito reais e setenta e seis centavos)**, para 205 (duzentos e cinco) dias letivos em relação ao Município de Irupi/ES, para 204 (duzentos e quatro) dias letivos em relação ao Estado do Espírito Santo, e para 164 (cento e sessenta e quatro) dias letivos em relação a APAE/AEE;

11.28. Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados juntamente com a proposta de preço e deverão constar na plataforma da “BLL”, em espaço adequado, sob pena de desclassificação;

12.1.1. Em caso de eventuais diligências ou problemas no carregamento dos arquivos na plataforma da “BLL”, poderá o Pregoeiro solicitar a apresentação dos documentos de habilitação em cópia autenticada no endereço Rua Jalma Gomes de Freitas, n. 151, Bairro Centro, na cidade de Irupi/ES, CEP 29.398-000, Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Irupi/ES;

12.1.2. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza não contenham validade, não sendo aceitos “protocolos de entrega”, ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos neste Edital;

12.1.3. Para efeito de documentação de habilitação, no presente certame, não será aceito a apresentação por parte das empresas licitantes do cadastro feito junto ao SICAF, mas somente a apresentação dos documentos informados abaixo. A empresa que mesmo assim insistir em apresentar o cadastro junto ao SICAF será inabilitada;

12.1.4. Os documentos apresentados na habilitação, que exigirem a assinatura do representante legal da empresa, devem ser assinados digitalmente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

12.2 – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;
- e) As empresas deverão apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial, com vigência mínima de 03 (três) meses, que antecede a data da realização da licitação;
- f) Somente as empresas que alterarem o seu contrato social para enquadramento ou reenquadramento de microempresas para empresas de pequeno porte deverão apresentar a “Declaração de enquadramento ou reenquadramento de microempresa para empresa de pequeno porte” como parte integrante da Certidão Simplificada Junta Comercial, sendo ambas, expedidas pela Junta Comercial da cada estado onde está sediada a empresa, com data compatível ou posterior a data do último arquivamento registrada/informada na própria Certidão da Junta Comercial;
- g) O representante da empresa (representante legal ou procurador) responsável pela assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços deverá identificar-se apresentando cópia de documento oficial de identificação que contenha foto.

12.3 – DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, obedecido o prazo de validade;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal e quanto a Dívida Ativa da União e regularidade com a seguridade social (INSS), obedecido o prazo de validade;
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Estadual, obedecido o prazo de validade;
- f) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante, bem como com a Fazenda Pública do Município de Irupi, ES, obedecido o prazo de validade;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão de regularidade de débitos trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, obedecido o prazo de validade.

12.4 – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da sua emissão.

12.5 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.5.1. Documentos exigidos na Habilitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- a) Declaração da licitante que caso seja vencedora do certame, apresentará no ato da assinatura do contrato, toda a documentação de todos os veículos e motoristas necessários para a execução do contrato, inclusive certificados exigidos por lei, sob pena de desclassificação e demais sanções administrativas;
- b) Declaração de que caso seja vencedora da licitação, executará os serviços em conformidade com os termos deste Edital.

12.5.2. Documentos exigidos na assinatura do contrato

- a) Relação explícita de todos os veículos, condutores e monitores a serem utilizados na prestação dos serviços objeto deste certame, contendo, o Itinerário (código da rota), Tipo de Veículo, Marca, Modelo, Placa do Veículo, Capacidade de Transporte de Passageiros (que deverá atender ao mínimo exigido para cada roteiro), e o Ano de Fabricação do Veículo (conforme documentação do veículo);
- b) Para fins de comprovação da disponibilidade dos veículos, condutores e monitores, as empresas e/ou cooperativas deverão apresentar juntamente com a relação exigida no item anterior, à seguinte documentação:
- Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV, com o respectivo seguro DPVAT devidamente quitado, referente ao ano em exercício e registrado na categoria aluguel, DEVENDO CONSTAR NO CAMPO DE OBSERVAÇÕES "TRANSPORTE ESCOLAR", para cada veículo relacionado, conforme orientações do Manual de Procedimentos Operacionais do DETRAN/ES;
 - Termo de Autorização do Veículo para Transporte de Escolares (para cada veículo relacionado) expedido pelo DETRAN-ES, dentro do prazo de validade, autorizando o transporte de escolares no Estado do Espírito Santo, nos termos do art. 136 do CTB e Instrução Normativa do DETRAN/ES;
 - Carteira de Condutor de Transporte Escolar, dentro do prazo de validade, de



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPÉ/ES

cada condutor necessário para a prestação dos serviços, emitido pelo DETRAN/ES;

- Carteira de Acompanhante de Transporte Escolar, dentro do prazo de validade, de cada monitor necessário para prestação dos serviços, emitido pelo DETRAN/ES;
- Cópia de apólice de seguro total ou contra terceiros de todos os veículos referentes às linhas/rotas;
- Comprovação de vínculo do profissional com a demonstração de possuir a licitante, em seu quadro permanente, mediante contrato social, registro na carteira profissional e/ou ficha ou livro de registro de empregados, onde se identifique os campos de admissão e rescisão, juntamente com o Termo de Abertura do Livro de Registro de Empregados e cópia da carteira de trabalho devidamente assinada, de cada Condutor e Monitor de Transporte Escolar vinculado ao(s) veículo(s) indicado(s) pela licitante;
- No caso da licitante ser Cooperativa, a comprovação do vínculo profissional, deverá ser feita mediante documentação comprobatória do seu quadro de cooperados (ficha de matrícula dos cooperados, devidamente assinada pelo representante legal) e/ou registro na Carteira Profissional e/ou ficha de empregado, de cada condutor e Monitor de Transporte Escolar vinculado ao(s) veículo(s) indicado(s) pela licitante, nos termos da Lei nº 5.764/71;
- Ainda, no caso da licitante ser cooperativa, deverá apresentar Certificado de Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, bem como o Certificado de Regularidade Técnica do Cooperativismo do Espírito Santo, que autoriza o seu pleno funcionamento, nos termos da Lei nº 5.764/71.

12.6 – DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES A SEREM APRESENTADAS NA HABILITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- a) Declaração dando ciência de que a licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação, de acordo com o inciso VII, Artigo 4º da Lei nº 10.520/2002, conforme modelo anexo ao Edital;
- b) Declaração que se encontra desimpedida de participar da licitação, obrigando-se, ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, conforme artigo 32, parágrafo 2º, Lei nº 8.666/1993, conforme modelo anexo ao Edital;
- c) Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, com identificação do firmatário, modelo anexo ao Edital;
- d) Declaração da empresa licitante que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar n. 123/06, se enquadrando em Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempresa (ME), conforme Anexo VI, emitida pelo(s) sócio(s) Administrador(es) ou representante legal da licitante.

12.6.1. As declarações constantes nesta cláusula, alíneas "a", "b", "c" e "d" deverão ser impressas em papel timbrado e/ ou com carimbo da empresa licitante e assinadas digitalmente.

12.7 – DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

12.7.1. Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos, que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

12.7.2. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos;

12.7.3. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos;

12.7.4. A falta de apresentação e comprovação pelas empresas licitantes de quaisquer dos documentos de habilitação, acima relacionados, ou sua apresentação em desconformidade com o exigido, ensejará na inabilitação da licitante no certame.

12.7.5. A validade dos documentos será aquela expressa nos mesmos ou estabelecida em lei, podendo o Pregoeiro verificar a validade dos documentos nos sítios oficiais dos órgãos emissores;

12.7.6. Ressalvados os documentos a serem elaborados e firmados pela própria licitante, todos os demais documentos necessários à participação no certame deverão ser apresentados em versão original, por cópia autenticada por tabelião de notas, publicação em Órgão de Imprensa Oficial ou, ainda, por cópia simples, a ser autenticada por servidor da Administração mediante apresentação do original para conferência;

12.7.7. Somente será aceito documento original, cópia autenticada ou documento extraído de sítio eletrônico legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro, sob pena de inabilitação.

12.7.8. A validade de certidões obtidas via internet, deverá ser confirmada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no momento adequado da sessão de julgamento.

12.7.9. Em caso de omissão da data de validade dos documentos, o Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio admitirá como válidos os documentos emitidos com data inferior a 60 (sessenta) dias de sua apresentação, não se enquadrando no prazo de que trata esta cláusula os documentos cuja validade é indeterminada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

12.6.10. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser inseridos pelos licitantes na Plataforma da BLL juntamente com a proposta de preços.

13 – DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DAS ROTAS E FORMAÇÃO DOS PREÇOS

13.1. A especificação detalhada das rotas/linhas objeto da contratação é a constante do Anexo I – Planilha de Descrição da Linhas/Rotas (Rede Municipal e Estadual), que faz parte integrante do presente Termo de Referência, o qual identifica os tipos de veículos a serem utilizados e a capacidade, preço unitário, preço total, custo específico por rotas e mapas, bem como a relação de alunos por rota;

13.2. A Formação dos preços foi efetuada pelo Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, nos termos da Planilha de Custos Específicos, onde contemplam todos os insumos dos veículos, quilometragem, custo fixo mensal dos veículos, custo fixo mensal de pessoal, custo variável mensal, coeficientes de consumo, tributos, despesas administrativas e encargos, com base em estudos referentes ao TRANSCOLAR RURAL realizados Departamento de Transportes e Geotécnica (ETG) da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG;

13.3. Assim, tendo em vista que o convênio é firmado entre o Município e a Secretaria de Estado da Educação – SEDU/ES, os preços por eles formados será o único que servirá de base para balizamento do julgamento pela Comissão Permanente de Licitação e/ou Pregoeiro Oficial do Município de Irupi, ES.

14 – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. Os serviços serão prestados na jurisdição do Município de Irupi/ES, conforme rotas/linhas, quilometragens e horários especificados no Anexo I e de acordo com as disposições contidas neste Termo de Referência, Edital de Licitação e Contrato a ser firmado entre as partes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

15 – DO PRAZO CONTRATUAL E DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

15.1. O Contrato Administrativo decorrente do futuro certame vigorará pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme determina o inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93, haja vista a natureza contínua de seu objeto conforme parecer/consulta TCES nº 018/2015;

15.2. Homologada a licitação, os vencedores serão convocados para assinatura do contrato que ocorrerá no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação formalizada, que poderá ser enviado via e-mail ou outro meio, mediante ateste de recebimento;

15.3. Firmado o contrato os serviços a serem prestados deverão ser iniciados em até 05 (cinco) dias úteis, após a emissão da Ordem de Início dos Serviços ou da nota de empenho;

15.4. A empresa que não cumprir os prazos acima estipulados estará sujeita às sanções estabelecidas no edital, no contrato, na Lei 10.520/2002 e na Lei 8.666/93, independente de transcrição;

15.5. A Ordem de Início dos Serviços será emitida ou autorizada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, pelo Secretário Municipal de Administração ou de Educação.

16 – DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Será permitida a subcontratação de 20% (vinte por cento) dos serviços objeto da contratação, nos termos do art. 72 da Lei Federal nº 8.666/93, e caso a(s) licitante(s) optem pela subcontratação nos percentuais admitidos pela Administração pública Municipal, deverá na assinatura do contrato apresentar todos os documentos habilitatórios constantes neste termo de referência em nome da subcontrata; bem como deverá apresentar o contrato de subcontratação.

17 – FORMAS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

17.1. O objeto do contrato oriundo da licitação será a prestação de serviço contínuo de transporte escolar de alunos durante os dias letivos, conforme calendário escolar 2022 e outros exercícios vindouros, nos dias, itinerários e locais estipulados no anexo de descrição de linhas/rotas contido no Termo de Referência;

17.2. O contratado deverá prestar serviços, quando convocado, em horários especiais, feriados e festividades cívicas de acordo com o calendário escolar;

17.3. A solicitação de contratação de serviço de transporte escolar, os itinerários, pontos e quilometragens estão definidos no Anexo I e Mapas das Rotas contidos no Termo de Referência;

17.4. O responsável pelo serviço de transporte escolar (contratada) deverá estar apto a receber queixas de pais, alunos e munícipes, ficando incumbido de buscar as soluções cabíveis e de manter a Secretaria Municipal de Educação e a Controladoria Geral do Município informado sobre o assunto;

17.5. Além da fiscalização do contrato, os diretores das escolas estaduais e municipais irão auxiliar nas fiscalizações dos serviços contratados, acompanhando regularmente a prestação do serviço e atestando, através de formulário próprio, o transporte e as responsabilidades dos contratados;

17.6. Em caso de ocorrências, estas serão informadas ao responsável pelo serviço de transporte escolar e no relatório mensal, sendo que a Secretaria Municipal de Educação ou Diretoria de transporte escolar o único responsável pela emissão do BO (Boletim de Ocorrências), com base nos dados relatados;

17.7. O fiscal do contrato de transporte escolar designado pela Secretaria Municipal de Educação deverá acompanhar a prestação do serviço de transporte, enviando, mensalmente, um relatório a Secretária Municipal até o penúltimo dia útil do mês da prestação do serviço;

17.8. Só poderão embarcar nos ônibus os alunos que estiverem uniformizados ou identificados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

17.9. Poderão embarcar e acompanhar o serviço de transporte escolar os membros do Conselho de Acompanhamento do FUNDEB e demais pessoas credenciadas pela Secretaria Municipal de Educação, para exercer função de fiscalização;

17.10. O Público a ser atendido com o Transporte de Escolares, são os alunos da rede pública, prioritariamente, os residentes no meio rural;

17.11. Fica expressamente proibido o transporte de pessoas que não sejam estudantes ou mesmo alunos que não estejam em horário escolar, denominados **“caronas”**, ficando o contratado responsável, caso seja descumprindo a determinação;

17.12. Os veículos contratados deverão estar estacionados em frente às Escolas Municipais e/ou Estaduais, 20 (vinte) minutos antes do término de cada turno.

18 – DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONDUTORES

18.1. Os condutores para exercerem as atividades, deverão ser cadastrados junto ao DETRAN/ES, nos termos da Instrução de Serviço nº 74/2014 do DETRAN/ES (e alterações), Instrução de Serviço nº 93, de 23 de junho de 2016 do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Espírito Santo (Do Transporte Escolar), Instrução de Serviço DETRAN-ES Nº 194N DE 22/09/2017 e Instrução de Serviço DETRAN-ES Nº 34 DE 30/06/2020;

a) São exigências em relação aos condutores:

- Trajar-se com uniforme (usando camisas com mangas, calças compridas, saia, sapatos, tênis ou sandália presa ao calcanhar);
- Tenham idade superior a 21 anos;
- Possuir habilitação para dirigir veículos na categoria “D” ou superior;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os 12 últimos meses;
- Possuir curso de Formação de Condutor de Transporte Escolar;
- Possuir Carteira de Credencial específica do DETRAN para transporte de escolares;
- Apresentar resultado de exame toxicológico realizado nos últimos 06 (seis) meses;
- Está devidamente registrado com vínculo empregatício na CTPS ou instrumento equivalente;
- Conduzir estudantes até o destino final sem interrupção voluntária da viagem;
- Tratar com urbanidade os estudantes e o público;
- Aproximar o veículo da guia da calçada (ao lado do portão da unidade escolar) para efetuar o embarque e o desembarque de passageiros, sempre que possível;
- Orientar os estudantes, coibindo comportamentos inadequados durante a viagem, mantendo-os sentados e evitando atitudes que possam afetar a concentração do condutor do veículo e colocar terceiros em riscos;
- Recolher, guardar e posteriormente entregar qualquer objeto esquecido no veículo;
- Permitir e facilitar a ação da fiscalização da autoridade da Secretaria Municipal de Educação;
- Não havendo monitor(a) no veículo, fica o condutor responsável em realizar as orientações pertinentes aos estudantes.

b) É vedado aos condutores:

- Fumar, quando estiver conduzindo estudantes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- Trabalhar ingerindo ou após ter ingerido bebida alcoólica ou outra substância tóxica;
- O uso de short ou minissaias e calçados abertos que não se fixem aos pés;
- Ausentar-se do veículo, quando este estiver aguardando estudantes, exceto para garantir maior segurança aos mesmos;
- Abastecer o veículo quando estiver conduzindo estudantes;
- Dirigir em situações que ofereçam riscos à segurança dos estudantes ou de terceiros;
- Dirigir o veículo em desacordo com as normas da legislação de trânsito;
- Dirigir o veículo estando suspenso ou cassado o direito de dirigir na forma prevista pelo Código de Trânsito Brasileiro;
- Realizar a prestação de serviço de transporte de escolar sem estar devidamente autorizado e regular com seu credenciamento;
- Apresentar documento comprovadamente falso ou adulterado, ou que sabe ou deveria saber ser falsificado ou para cuja obtenção tenha concorrido.
- Não cumprir integralmente os itinerários, pontos e rotas acordados com o serviço de transporte escolar/ Secretaria Municipal de Educação;
- Oferecer carona no veículo de transporte escolar a terceiros sem a devida autorização formal da Secretaria Municipal de Educação.

19 – DAS ATRIBUIÇÕES DOS MONITORES

19.1. A licitante vencedora deverá contratar monitor de transporte escolar conforme quantidades mencionadas na Planilha de Itinerários do Transporte Escolar, com maioria civil, devidamente capacitado para a função, para atender aos alunos,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

devendo, quando necessário, auxiliar no embarque e desembarque, conforme suas necessidades educacionais e especiais (cadeirante, dificuldade locomotora e outros);

19.2. No transporte de estudantes com até 09 (nove) anos de idade, é obrigatória a presença de monitor/acompanhante, com idade mínima de 18 anos. Os mesmos deverão ser cadastrados/autorizados nos termos da Instrução de Serviço nº 074, do DETRAN/ES (e alterações) e Instrução de Serviço nº 93, de 23 de junho de 2016 do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Espírito Santo (Do Transporte Escolar);

19.3. O Monitor de Transporte Escolar deverá apresentar-se devidamente identificado com crachá e trajando uniforme. Deverá prestar esclarecimentos, sempre que solicitado, de quaisquer problemas relacionados à execução do transporte;

19.4. O Monitor de Transporte Escolar deverá contatar regularmente o diretor ou responsável pela unidade escolar, ou com o Setor de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, mantendo-o informado de quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final da prestação dos serviços.

a) São atribuições dos monitores:

- Trajar-se com uniforme (camisas com mangas, calças compridas, saia, sapatos, tênis ou sandália presa ao calcanhar);
- Orientar o embarque e desembarque dos escolares nos portões das unidades escolares até que os mesmos estejam seguros;
- Acompanhar todo o trajeto do veículo até que o último estudante seja entregue na unidade escolar e/ou nos pontos correspondentes a sua linha;
- Tratar com urbanidade os escolares e o público;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- Recolher, registrar, manter guarda e entregar ao(s) escolar(es), o mais rápido possível, qualquer objeto esquecido no veículo;
- Manter o decoro;
- Orientar os escolares, coibindo comportamentos inadequados durante a viagem, mantendo-os sentados e evitando atitudes que possam afetar a concentração do condutor do veículo e colocar terceiros em riscos;
- Resolver os conflitos ocorridos dentro do veículo escolar por meio do diálogo e orientações quanto aos deveres e responsabilidades de cada um;
- Prestar informações aos pais ou responsáveis pelos escolares, quando solicitado, ou sempre que observar comportamentos inadequados durante a viagem que possam comprometer as atividades do condutor ou colocar em risco outros usuários ou terceiros;
- Participar dos cursos de desenvolvimento comportamental previstos na Instrução de Serviço nº 074/2014, de 23 de dezembro 2014;
- Verificar se todos os escolares transportados se encontram com o cinto de segurança regularmente afixado;
- Em caso de porte de objetos que oferecem riscos, cabe ao monitor(a) recolher e apresentar a empresa prestadora do serviço, que deverá informar o ocorrido ao Setor de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, para que sejam tomadas as providências cabíveis;
- Usar a credencial emitida pelo DETRAN/ES.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

b) São proibições aos monitores:

- Fumar, quando estiver em atividade;
- O uso de short ou minissaias e calçados abertos que não se fixem aos pés;
- Adotar comportamentos que possam tirar a concentração do condutor e com isso causar riscos de acidentes;
- Manter a porta do veículo aberta quando este estiver em movimento;
- Trabalhar ingerindo ou após ter ingerido bebida alcoólica ou outra substância tóxica;
- Permitir que escolares sejam transportados em pé, em locais inadequados ou fora do permitido em lei;
- Portar ou manter no veículo arma de qualquer espécie;
- Exercer a atividade estando suspenso ou cassado em decorrência de aplicação de penalidade por infração às normas estabelecidas na Instrução de Serviço nº 074/2014.

20 – DAS OBRIGAÇÕES DA(S) CONTRATADA(S)

20.1. São obrigações da CONTRATADA(S):

- Cumprir o objeto do Contrato, executando os serviços em conformidade com as especificações constantes do Edital e seus anexos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- Manter, durante toda a execução do Contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto no art. 55, Inciso XIII da Lei nº 8.666/93;
- Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho inclusive os ocasionados a terceiros;
- Aceitar nas mesmas condições Contratuais os acréscimos ou supressões que forem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;
- Manter os salários e demais obrigações decorrentes da relação de emprego dos seus empregados, que prestem serviços relativos a contrato, rigorosamente em dia;
- Cumprir os horários e trajetos fixados pelo CONTRATANTE;
- Iniciar os serviços no dia determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Apanhar os alunos nos locais determinados pelo CONTRATANTE;
- Tratar com cortesia os alunos e os agentes de fiscalização do CONTRATANTE;
- Responder, direta ou indiretamente, por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE, aos alunos ou a terceiros, por dolo ou culpa;
- Cumprir as determinações do CONTRATANTE;
- Manter seus veículos sempre limpos e em condições de segurança;
- Permitir aos encarregados da fiscalização o livre acesso, em qualquer época, aos bens destinados ao serviço contratado;
- Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, que deverão ser segurados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- Manter o serviço em funcionamento, substituindo o veículo em serviço por outro, na excepcionalidade que se fizer necessário;
- Manter o veículo com os requisitos exigidos pela legislação de trânsito, inclusive quanto às novas disposições que venham a ser editadas;
- Contratar seguro dos veículos a serem utilizados pela CONTRATADA;
- Obedecer ao que estabelece a legislação nacional de transporte, no que pertine ao fiel cumprimento desta contratação;
- Fornecer mão de obra especializada arcando com a devida remuneração e demais encargos exigidos;
- Fornecer pessoal para a execução dos serviços, devendo arcar com remuneração e encargos trabalhistas, comerciais, previdenciários, fiscais e outros decorrentes do fornecimento, inclusive seguro cobrindo "riscos diversos", além de impostos e taxas devidas, as quais não transferem ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- Manter os veículos em bom estado de conservação e higiene, bem como todos os equipamentos necessários à segurança do mesmo e das pessoas transportadas bem como equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN;
- Manter em dia os pagamentos de IPVA, do seguro obrigatório e de responsabilidade civil;
- Arcar com as despesas de manutenção dos veículos;
- Manter em cada veículo, cintos de segurança em número igual à lotação;
- Manter em cada veículo, equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- Manter em cada veículo lanternas de luz branca, fosca ou amarela disposta na extremidade da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira, conforme Art. 136, inciso V – do Código de Trânsito Brasileiro;
- Manter em todos os veículos utilizados para o transporte escolar, pintura de faixa horizontal na cor amarela, com 40 cm (quarenta centímetro) de largura, com o dístico “ESCOLAR”, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroceria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;
- Oferecer cursos de capacitação para o motorista do transporte escolar;
- Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do Município de Irupí ou a terceiros, decorrente de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

21 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21.1. São Obrigações da CONTRATANTE:

- Atestar a nota fiscal correspondente ao mês de execução dos serviços prestados, por intermédio do setor competente;
- Efetuar o pagamento do objeto deste contrato, mediante nota fiscal devidamente atestada e conferida pelo Setor Competente;
- Garantir acesso à Contratada às dependências do Contratante para cumprimento de suas respectivas obrigações;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, Edital, Termo de Referência e os termos de sua proposta;
- Manter equipamentos e instrumentos que permitam o cumprimento das tarefas da Contratada;
- Disponibilizar Servidores qualificados para atendimento das necessidades da Contratada, quando solicitado, com a finalidade de esclarecer quaisquer dúvidas referente ao objeto do certame;
- Fornecer à Contratada todas as informações que esta necessitar para viabilizar a execução dos serviços, inclusive a relação atualizada dos funcionários das Escolas, Diretores e Fiscal responsáveis por fiscalizar o contrato;
- Efetuar os pagamentos de acordo com o estabelecido no termo de Contrato;
- Prestar à Contratada informação que eventualmente venham a ser solicitadas;
- Providenciar todas as anotações em registro próprio, por intermédio da fiscalização, de todas as ocorrências que porventura acontecer no decorrer do contrato, comunicando-se sempre a Autoridade Superior ou a Secretária Municipal de Educação.

22 – DAS PENALIDADES

22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 a CONTRATADA que:

- a) Convocada para a celebração do contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo estipulado no edital, deixar de fazê-lo;
- b) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

22.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta contratação, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- a) Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- c) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução total do objeto;
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

22.3. As sanções previstas acima poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

22.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- d) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- e) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- f) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

22.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município de Irupi/ES, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da Municipal e cobrados judicialmente;

22.7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

22.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do contratado, o Município de Irupi/ES poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

22.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

22.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização;

22.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

22.12. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23 – DAS CONDIÇÕES E PRAZOS PARA PAGAMENTO

23.1. Pela prestação dos serviços objeto da futura licitação, a contratante efetuará o pagamento à contratada, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada por servidor, não sendo o ordenador de despesas;

23.2. Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Irupi, ES, **em até 90 (noventa) dias após a data do recebimento da Nota Fiscal**, devidamente atestada, e ainda com todos os documentos comprobatórios de Aferição dos Serviços



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

Prestados, mediante Ordem Bancária e/ou transferência bancária em conta corrente indicada pela contratada;

23.3. A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal, documento em papel timbrado da empresa informando o Banco, número da agência e o número da conta a ser depositado o pagamento, e, não será aceito, em nenhuma hipótese, a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais;

23.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;

23.5. A nota fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, não se admitindo notas fiscais emitidas com outros CNPJ's;

23.6. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal, a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Federal, Quanto a Dívida ativa da União e Seguridade Social (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional);
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- c) Certidão negativa de débitos com a Fazenda Estadual;
- d) Certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal;
- e) Certidão negativa de débitos com Fazenda Municipal de Irupi, ES;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

g) Cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração;

h) Cópia da Folha de Pagamento (mês em referência) e dos comprovantes de recolhimento do INSS e FGTS em nome dos empregados (motoristas e monitores escolares), quando for o caso.

23.7. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis;

23.8. Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) Contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

23.9. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade;

23.10. A contratante poderá efetuar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à contratada;

23.11. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

24 – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL – ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES E REAJUSTE DE PREÇOS

24.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

I - Unilateralmente pela Administração:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei.

II - Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) Quando for necessário a substituição de veículo com capacidade maior ou menor, em virtude da demanda de alunos e/ou devido à condição do terreno a ser percorrido (loais de difícil acesso, por exemplo); substituição de veículo e/ou acréscimo de itens de segurança para atendimento de acessibilidade de aluno com deficiência;
- e) Quando necessária, em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa de quilometragem para atendimento de matrículas realizadas durante o período letivo, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93 e suas alterações;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

f) Quando necessária alteração de valor por km em decorrência da aplicação do sistema Transcolar regido pelas regulamentações do convênio firmado entre a Prefeitura de Irupi e a Secretaria de Estado da Educação – SEDU, onde são atribuídos valores de insumos/veículo de acordo com as características do veículo que realizará o serviço, o tipo de terreno da rota, o custo variável mensal de combustível, lubrificantes, dos coeficientes de consumo, tributos entre outros, considerando, ainda, o “custo fixo mensal veículo” e “custo fixo mensal pessoal”. Nesses dois itens de base de cálculo deve-se considerar que como os valores são fixos, quanto maior a quilometragem, menor será o valor por quilômetro (ver planilha de custo específico com estrutura de cálculo).

24.2. A(s) contratada(s) fica(rão) obrigado(s) a aceitar(em), nas mesmas condições contratuais e propostas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

24.3. Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade as regras deste edital;

24.4. O preço representará todos os custos e despesas com pessoal, direitos trabalhistas, equipamentos, transporte, encargos sociais, seguros, licenças e todos os demais custos relacionados ao fornecimento do objeto;

24.5. Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no art. 65, alínea “d” e nos casos previstos no art. 57, todos da Lei 8.666/93, mediante justificativa e fundamentação;

24.6. No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente a Prefeitura Municipal de Irupi, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à controladoria e a Procuradoria do Município para o devido parecer;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

24.7. O pedido também deverá ser instruído com a planilha constante do anexo do edital devidamente preenchida, sendo utilizada a seguinte metodologia para se apurar o novo preço:

$$NV = VC + V$$

Onde NV = Novo Valor / VC = Valor Contratado / V = Variação

A Variação é encontrada com a seguinte fórmula:

$$V = VIDL - VIAL$$

Onde VIDL = Valor do Insumo Depois da Licitação / VIAL = Valor do Insumo Antes da Licitação

25 – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

25.1. Os Serviços serão recebidos provisoriamente, no ato do Atestado de Exercício de Serviços Prestados, para efeito de posterior verificação da conformidade dos seus componentes e as especificações;

25.2. Após recebimento provisório, os serviços serão recebidos definitivamente, mediante a verificação da sua consequente aceitação, por intermédio de Termo Definitivo de Recebimento, assinado pelas partes ou Atesto da Nota Fiscal pelo servidor responsável pela Secretaria Municipal de Educação.

26 – DO CANCELAMENTO DO PREGÃO E DO CONTRATO A SER FIRMADO

26.1. A CONTRATADA terá o seu contrato cancelado:

26.1.1. A pedido, quando:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do contrato, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material/equipamento.

26.1.2. Por iniciativa do Município, quando:

- a) O Executor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) O Executor perder qualquer condição de habilitação ou qualificação por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) O Executor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes do Contrato.

26.2. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no Contrato, ou nos pedidos dela decorrentes;

26.3. O cancelamento do Pregão Presencial, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município.

27 – DA INDICAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO E GESTOR DE CONTRATO

27.1. Fica desde já indicado o Sr. Lucas Vitório Guedes Rocha, servidor público desta municipalidade, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar como fiscal do contrato no presente processo, bem como a Sra. Rosinei Teodoro de Almeida Oliveira, servidora pública desta municipalidade, lotada no cargo de Secretária Municipal de Educação para atuar como gestora do contrato no presente processo. Ambos ficam desde já cientes de suas responsabilidades e obrigações para com este Município,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

devendo agirem em estrito cumprimento da legalidade e sempre se pautando pela moralidade e transparência em suas ações, devendo sempre que ocorrer irregularidades na execução do presente objeto por parte da empresa licitante vencedora informar a Autoridade Máxima Municipal afim de que a mesma tome as medidas cabíveis para sanar tal irregularidade.

28 - DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

28.1. A autoridade competente designará, formalmente, fiscais responsáveis pelo acompanhamento da execução da contratação, aos quais compete:

- a) Exercer de modo sistemático a fiscalização da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;
- b) Emitir ordens de fornecimento;
- c) Atestar o recebimento provisório e definitivo dos produtos fornecidos pela Contratada;
- d) Receber, conferir e atestar as notas fiscais, com base nas requisições emitidas pelo Setor Demandante;
- e) Solicitar a seus superiores, em tempo hábil, a adoção de medidas convenientes nos casos em que as providências necessárias ultrapassem sua competência de fiscalização, consoante disposto no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

28.2. O fiscal anotará todas as ocorrências relacionadas com a entrega em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme Termo de Referência;

28.3. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Município de Irupi/ES e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por qualquer inconsistência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

28.4. As decisões e providências que ultrapassem a competência da Comissão e/ou servidor deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;

28.5. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável por todos os produtos fornecidos, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os fornecimentos.

29 – DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

29.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

30 – DOS ANEXOS

30.1. Anexos que fazem parte do presente Termo de Referência:

Anexo I – Planilha de Descrição da Linhas/Rotas (Rede Municipal e Estadual);

Anexo II – Modelo de Declaração em que a licitante se compromete no ato da assinatura do contrato apresentar toda a documentação de todos os veículos e motoristas necessários para a execução do contrato;

Anexo III – Modelo de Declaração em que a licitante se compromete a executar os serviços em conformidade com os termos deste Edital.

Anexo IV – CD Contendo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

- Planilha com códigos e nomes das rotas, valores unitário e total, tipo de veículos, turnos e quilometragens;
- Planilha de Composição de Custos Específicos de todos os veículos necessários à prestação de serviços;
- Mapas das Rotas.

Irupi, ES, 03 de janeiro de 2022.

ROSINEI TEODORO DE ALMEIDA OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

ANEXO I

Planilha de Descrição da Linhas/Rotas (Rede Municipal e Estadual)

LINHAS ESTADUAIS - IRUPI

ITEM	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Tipo de Linha	Turno	Dias / Semana	Monitor	Alunos			Quilometragem				Capacidade Veículo	Custo			
								Estado	Município	Total	Ida	Volta	Aprov.	Total		R\$/km	Estado /DIA	Município /DIA	Total
1	20202652046	CORREGO SANTA ROSA X CÓRREGO BOM DESTINO X CÓRREGO VARGEM ALEGRE X VILA BELA VISTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	24	0	24	4,8	4,8	0	9,6	41 passageiros	R\$ 42,08	R\$ 403,97	R\$ 0,00	R\$ 82.409,47
2	20212652054	CORREGO PALMITAL SANTA CRUZ X CÓRREGO PALMITAL X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	V	5	NÃO	25	0	25	14,5	14,5	12,1	41,1	41 passageiros	R\$ 8,28	R\$ 340,31	R\$ 0,00	R\$ 69.422,83
3	20172652004	TREVO SANTA CRUZ X CÓRREGO TIJUCO PRETO X SANTA CRUZ X CÓRREGO DAS PEDRAS - SANTA CRUZ X CÓRREGO ESQUERDO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	17	0	17	12,1	12,1	10,4	34,6	41 passageiros	R\$ 8,28	R\$ 286,49	R\$ 0,00	R\$ 58.443,55
4	20172652006	CÓRREGO SANTA CLARA DE IRUPI X CÓRREGO DO COELHO X CÓRREGO DO AVENTUREIRO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	8	0	8	12,5	12,5	20,6	45,6	15 passageiros	R\$ 6,30	R\$ 287,28	R\$ 0,00	R\$ 58.605,12



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

5	20222652083	SANTA CLARA DOS PILÕES X CÔRREGO DO AVENTUREIRO X CÔRREGO SÃO QUIRINO X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	V	5	NÃO	5	0	5	20,6	20,6	12,5	53,7	15 passag eiros	R\$ 6,30	R\$ 338,31	R\$ 0,00	R\$ 69.015,24
6	20172652007	CÔRREGO SANTA CLARA X CÔRREGO DO AVENTUREIRO X CÔRREGO ESQUERDO X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	7	0	7	6,6	6,6	0	13,2	15 passag eiros	R\$ 28,76	R\$ 379,63	R\$ 0,00	R\$ 77.444,93
7	20172652008	CÔRREGO ESQUERDO X CÔRREGO SÃO JOÃO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	2	0	2	11,3	11,3	0	22,6	08 passag eiros	R\$ 16,57	R\$ 374,48	R\$ 0,00	R\$ 76.394,33
8	20172652036	CÔRREGO DO LAGE X CÔRREGO FUNDO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	5	0	5	12,8	12,8	6	31,6	23 passag eiros	R\$ 7,86	R\$ 248,38	R\$ 0,00	R\$ 50.668,70
9	20172652010	CÔRREGO DO MAFRA X CÔRREGO DO LAGE X CÔRREGO FIGUEIRA X CÔRREGO DOS COELHOS X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	20	0	20	27,9	27,9	0	55,8	23 passag eiros	R\$ 7,86	R\$ 438,59	R\$ 0,00	R\$ 89.471,95
10	20172652011	BARRA DO RECREIO X CÔRREGO DOS COELHOS X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	14	0	14	9	9	13,3	31,3	15 passag eiros	R\$ 7,84	R\$ 245,39	R\$ 0,00	R\$ 50.059,97
11	20222652082	IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	V	5	NÃO	3	0	3	13,3	13,3	9	35,6	15 passag eiros	R\$ 7,84	R\$ 279,10	R\$ 0,00	R\$ 56.937,22
12	20212652057	PEDRA ROXA X SANTA CLARA X CÔRREGO DOS FERREIRAS X CÔRREGO DO MÁFRA X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	6	0	6	18,8	18,8	0	37,6	15 passag eiros	R\$ 8,36	R\$ 314,34	R\$ 0,00	R\$ 64.124,54



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

13	20172652013	CÓRREGO DOS FERREIRAS X CÓRREGO DO MAFRA X CÓRREGO FUNDO X LAJE X CÓRREGO DOS LORDEIROS X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	9	0	9	8,7	8,7	7,5	24,9	15 passag eiros	R\$ 8,36	R\$ 208,16	R\$ 0,00	R\$ 42.465,46
14	20212652058	BARRA DO RECREIO X CÓRREGO DO SABIA X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	2	0	2	17,2	17,2	0	34,4	15 passag eiros	R\$ 8,69	R\$ 298,94	R\$ 0,00	R\$ 60.982,94
15	20212652068	CONEXÃO PARA ROTA 20172652014 - CÓRREGO DO RECREIO X CÓRREGO BARRA DE SANTA ROSA X CÓRREGO DO SABIA X BAR DO ZÉ	EEEFM BERNARDO HORTA	C O	M	5	NÃO	14	0	14	11	11	1	23	15 passag eiros	R\$ 8,69	R\$ 199,87	R\$ 0,00	R\$ 40.773,48
16	20172652018	SÃO JOSÉ X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	3	0	3	17,3	17,3	0	34,6	08 passag eiros	R\$ 6,57	R\$ 227,32	R\$ 0,00	R\$ 46.373,69
17	20172652015	SÃO JOSÉ X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	6	0	6	18,8	18,8	2,4	40	08 passag eiros	R\$ 6,57	R\$ 262,80	R\$ 0,00	R\$ 53.611,20
18	20172652016	CÓRREGO DO AVENTUREIRO X CÓRREGO SÃO QUIRINO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	15	0	15	8,6	8,6	0	17,2	23 passag eiros	R\$ 24,95	R\$ 429,14	R\$ 0,00	R\$ 87.544,56
19	20212652059	CÓRREGO DOS PILÕES X CÓRREGO SANTA CLARA X CÓRREGO DO AVENTUREIRO X CÓRREGO SÃO QUIRINO X CÓRREGO DOS LORDEIROS X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	8	0	8	10,3	10,3	0	20,6	15 passag eiros	R\$ 10,23	R\$ 210,74	R\$ 0,00	R\$ 42.990,55
20	20172652017	SANTA CLARA DOS PILÕES X CÓRREGO DO AVENTUREIRO X CÓRREGO SÃO QUIRINO X	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	9	0	9	11,8	11,8	2,3	25,9	15 passag eiros	R\$ 10,23	R\$ 264,96	R\$ 0,00	R\$ 54.051,23



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

		IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA																	
21	2017265201 9	CÓRREGO DO SABIÁ X CÓRREGO SANTA ROSA X CÓRREGO FUNDO X ALTO TRINDADE X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	9	0	9	6,7	6,7	14 ,5	27, 9	15 passag eiros	R\$ 8,14	R\$ 227,11	R\$ 0,0 0	R\$ 46.329,62
22	2021265206 0	CÓRREGO LAGE X CÓRREGO SANTA ROSA X BARRA SANTA ROSA X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	V	5	NÃO	13	0	13	14,5	14,5	6, 7	35, 7	15 passag eiros	R\$ 8,14	R\$ 290,60	R\$ 0,0 0	R\$ 59.281,99
23	2017265202 1	SANTO ANTONIO X CÓRREGO SANTA ROSA X ALTO SANTA ROSA X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	13	0	13	14,4	14,4	0	28, 8	15 passag eiros	R\$ 14,7 7	R\$ 425,38	R\$ 0,0 0	R\$ 86.776,70
24	2021265206 2	TAQUARA PRETA X BURRO FROUXO X BOM DESTINO X CABECEIRA DE SÃO JOSÉ X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	9	0	9	16,9	16,9	0	33, 8	15 passag eiros	R\$ 12,8 7	R\$ 435,01	R\$ 0,0 0	R\$ 88.741,22
25	2021265206 3	TAQUARA PRETA x BURRO FROUXO X BOM RECREIO X BOM DESTINO X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	30	0	30	11,9	11,9	0	23, 8	41 passag eiros	R\$ 19,5 6	R\$ 465,53	R\$ 0,0 0	R\$ 94.967,71
26	2018265204 0	DONA PALMIRA X CÓRREGO PALMITAL X CÓRREGO SÃO BENTO X SANTA CRUZ X SANTA CRUZ DE IRUPI X CONEXAO X TRONCO 20172652004	EEEFM BERNARDO HORTA	C O	M	5	NÃO	4	0	4	10,8	10,8	15 ,7	37, 3	15 passag eiros	R\$ 7,01	R\$ 261,47	R\$ 0,0 0	R\$ 53.340,49
27	2022265208 6	DONA PALMIRA X CÓRREGO PALMITAL X CÓRREGO SÃO BENTO X SANTA CRUZ X SANTA CRUZ DE IRUPI X	EEEFM BERNARDO HORTA	C O	V	5	NÃO	7	0	7	15,7	15,7	10 ,8	42, 2	15 passag eiros	R\$ 7,01	R\$ 295,82	R\$ 0,0 0	R\$ 60.347,69



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

		CONEXAO X TRONCO 20212652054																	
28	2021265205 5	SAO JOSE DO SAÇUÍ X SANTA CRUZ X CÓRREGO ESQUERDO X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	15	0	15	21,2	21,2	0	42, 4	23 passag eiros	R\$ 11,5 1	R\$ 488,02	R\$ 0,0 0	R\$ 99.556,90
29	2018265204 1	CÓRREGO DO MAFRA X CÓRREGO SANTA CLARA DE IRUPI X CÓRREGO DOS LORDEIROS X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	V	5	NÃO	8	0	8	8,8	8,8	0	17, 6	15 passag eiros	R\$ 22,3 4	R\$ 393,18	R\$ 0,0 0	R\$ 80.209,54
30	2021265206 1	SANTA ROSA X ALTO TRINDADE X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	7	0	7	14,2	14,2	0	28, 4	15 passag eiros	R\$ 14,9 2	R\$ 423,73	R\$ 0,0 0	R\$ 86.440,51
31	2017265202 2	SAO JOSE DO IRUPI X BURRO FROUXO X BOM DESTINO X IRUPI X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	V	5	NÃO	12	0	12	20,3	20,3	0	40, 6	15 passag eiros	R\$ 11,3 0	R\$ 458,78	R\$ 0,0 0	R\$ 93.591,12
32	2021265206 6	SANTA ROSA X CABECEIRA DE SANTA ROSA X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	11	0	11	10,6	10,6	0	21, 2	15 passag eiros	R\$ 19,0 3	R\$ 403,44	R\$ 0,0 0	R\$ 82.300,94
33	2021265206 7	PEDRA ROXA X CÓRREGO SANTA CLARA X CÓRREGO DOS FERREIRAS X CÓRREGO DO AVENTUREIRO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	13	0	13	21,7	21,7	0	43, 4	15 passag eiros	R\$ 10,7 6	R\$ 466,98	R\$ 0,0 0	R\$ 95.264,74
34	2017265201 4	LINHA TRONCO PARA CONEXÃO - 2021300903 X CÓRREGO DO RECREIO X BARRA DE SANTA ROSA X CÓRREGO DOS COELHOS X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	26	0	26	7,1	7,1	1	15, 2	41 passag eiros	R\$ 27,9 9	R\$ 425,45	R\$ 0,0 0	R\$ 86.791,39



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

35	20212652069	CÓRREGO BOM DESTINO X EEEEFM BERNARDO HORTA	EEEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	11	0	11	8,1	8,1	0	16,2	15 passag eiros	R\$ 23,94	R\$ 387,83	R\$ 0,00	R\$ 79.116,91
36	20212652070	PEDRA ROXA X SANTA CLARA DE BAIXO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	4	0	4	17,5	17,5	18,3	53,3	15 passag eiros	R\$ 6,04	R\$ 321,93	R\$ 0,00	R\$ 65.674,13
37	20222652085	PEDRA ROXA X CÓRREGO SANTA CLARA X CÓRREGO DOS FERREIRAS X CÓRREGO DO AVENTUREIRO X EEEEFM BERNARDO HORTA	EEEEFM BERNARDO HORTA	T R	V	5	NÃO	10	0	10	18,3	18,3	17,5	54,1	15 passag eiros	R\$ 6,04	R\$ 326,76	R\$ 0,00	R\$ 66.659,86
38	20212652056	BARRA DO RECREIO X CÓRREGO DA PUAIA X CÓRREGO VISTA ALEGRE X CÓRREGO BELA VISTA X IRUPI X EEEEFM BERNARDO HORTA	EEEEFM BERNARDO HORTA	T R	N	5	NÃO	6	0	6	11,5	11,5	0	23	15 passag eiros	R\$ 10,13	R\$ 232,99	R\$ 0,00	R\$ 47.529,96
39	20212652064	BARRA DO RECREIO X CÓRREGO DA PUAIA X CÓRREGO VISTA ALEGRE X CÓRREGO BELA VISTA X IRUPI X EEEEFM BERNARDO HORTA	EEEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	14	0	14	10,5	10,5	0,5	21,5	15 passag eiros	R\$ 10,13	R\$ 217,80	R\$ 0,00	R\$ 44.430,18
40	20212652065	BARRA DO RECREIO X CÓRREGO DA PUAIA X CÓRREGO VISTA ALEGRE X CÓRREGO BELA VISTA X IRUPI X EEEEFM BERNARDO HORTA	EEEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	7	0	7	13,9	13,9	0	27,8	15 passag eiros	R\$ 14,76	R\$ 410,33	R\$ 0,00	R\$ 83.706,91
41	20212652078	CÓRREGO DO SABIÁ X CÓRREGO SANTA ROSA X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	13	0	13	11,5	11,5	0	23	15 passag eiros	R\$ 17,69	R\$ 406,87	R\$ 0,00	R\$ 83.001,48
42	20212652079	CÓRREGO FUNDO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	4	0	4	4	4	0	8	08 passag eiros	R\$ 42,58	R\$ 340,64	R\$ 0,00	R\$ 69.490,56



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

		HORTA																	
43	20212652080	CÓRREGO FUNDO X CÓRREGO DOS LORDEIROS X CÓRREGO FLORINDO X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	8	0	8	7,6	7,6	0	15,2	15 passag eios	R\$ 25,41	R\$ 386,23	R\$ 0,00	R\$ 78.791,33
44	20212652081	CÓRREGO SANTA ROSA X EEEFM BERNARDO HORTA	EEEFM BERNARDO HORTA	T R	M	5	NÃO	14	0	14	12,1	12,1	0	24,2	15 passag eios	R\$ 16,73	R\$ 404,87	R\$ 0,00	R\$ 82.592,66
45	20212652071	SÃO JOSÉ DO SAÇUÍ X RESGATE X CAEE - AMOR PERFEITO	CAEE - AMOR PERFEITO	T R	V	4	NÃO	2	0	2	10,2	10,2	0	20,4	08 passag eios	R\$ 22,08	R\$ 450,43	R\$ 0,00	R\$ 73.870,85
46	20212652076	RETORNO - CAEE - AMOR PERFEITO X CABECEIRA DE SÃO JOSÉ X SANTA CRUZ DE IRUPI X TREVO SANTA CRUZ	CAEE - AMOR PERFEITO	T R	V	4	NÃO	1	0	1	0	13,7	0	13,7	08 passag eios	R\$ 16,87	R\$ 231,12	R\$ 0,00	R\$ 37.903,52
47	20212652072	IDA - SANTA CRUZ DE IRUPI X CABECEIRA DE SÃO JOSÉ X CAEE - AMOR PERFEITO	CAEE - AMOR PERFEITO	T R	V	4	NÃO	1	0	1	13,2	0	0	13,2	08 passag eios	R\$ 16,87	R\$ 222,68	R\$ 0,00	R\$ 36.520,18
48	20212652073	IDA - CORREGO DOS FERREIRAS X CÓRREGO DO AVENTUREIRO X CAROLINO BARBOSA X CAEE - AMOR PERFEITO	CAEE - AMOR PERFEITO	T R	V	4	NÃO	3	0	3	20,4	0	0	20,4	08 passag eios	R\$ 12,27	R\$ 250,31	R\$ 0,00	R\$ 41.050,51
49	20212652077	RETORNO - CAEE - AMOR PERFEITO X CAROLINO BARBOSA X CÓRREGO DO AVENTUREIRO X CORREGO DOS FERREIRAS X SÃO JOSÉ DO CAPARAÓ X SANTA CLARA DE BAIXO	CAEE - AMOR PERFEITO	T R	V	4	NÃO	2	0	2	0	20,2	0	20,2	08 passag eios	R\$ 12,27	R\$ 247,85	R\$ 0,00	R\$ 40.648,06
50	20212652074	IDA - EEEFM BERNARDO HORTA X CAEE - AMOR PERFEITO	CAEE - AMOR PERFEITO	T R	V	4	NÃO	2	0	2	1	0	0	1	08 passag eios	R\$ 37,46	R\$ 37,46	R\$ 0,00	R\$ 6.143,44



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

51	20212652075	RETORNO - CAEE - AMOR PERFEITO X BARRA DE SANTA ROSA X CÔRREGO VARGEM ALEGRE X CÔRREGO DA PEDREIRA	CAEE - AMOR PERFEITO	T R	V	4	NÃO	4	0	4	0	10,4	0	10,4	08 passag eiros	R\$ 37,46	R\$ 389,58	R\$ 0,00	R\$ 63.891,78
LINHAS MUNICIPAIS - IRUPI																			
ITEM	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Tipo de Linha	Turno	Dias/Semana	Monitor	Alunos			Quilometragem				Capacidade Veículo	Custo			
								Es	u	T	Ida	Vo	Ap	To		R\$/km	Estado	Município/DIA	Total
52	-	AGUA POTAVEL X BOAS NOVAS X SANTA CRUZ	EMEIEF PROFª ENY LEAL MACHADO	TR	M	5	SIM	0	45	45	31,8	31,8	-	63,6	45 PASSAGEIROS	R\$ 6,74	R\$ -	R\$ 428,66	R\$ 87.876,12
53	-	AGUA POTAVEL X BOAS NOVAS X SANTA CRUZ	EMEIEF PROFª ENY LEAL MACHADO	TR	V	5	SIM	0	45	45	31,8	31,8	-	63,6	45 PASSAGEIROS	R\$ 6,74	R\$ -	R\$ 428,66	R\$ 87.876,12
54	-	CABECEIRA DO SÃO JOSÉ X SANTA CRUZ	EMEIEF PROFª ENY LEAL MACHADO	TR	M	5	SIM	0	15	15	19,75	19,75	-	39,5	15 PASSAGEIROS	R\$ 7,67	R\$ -	R\$ 364,98	R\$ 74.820,90
55	-	CABECEIRA DO SÃO JOSÉ X SANTA CRUZ	EMEIEF PROFª ENY LEAL MACHADO	TR	V	5	SIM	0	15	15	19,75	19,75	-	39,5	15 PASSAGEIROS	R\$ 7,67	R\$ -	R\$ 364,98	R\$ 74.820,90
56	-	SANTA CRUZ X CABECEIRA DO FAMA	EMEIEF PROFª ENY LEAL MACHADO	TR	M	5	SIM	0	15	15	19,45	19,45	-	38,9	15 PASSAGEIROS	R\$ 7,83	R\$ -	R\$ 304,59	R\$ 62.440,34
57	-	SANTA CRUZ X CABECEIRA DO FAMA	EMEIEF PROFª ENY LEAL MACHADO	TR	V	5	SIM	0	15	15	19,45	19,45	-	38,9	15 PASSAGEIROS	R\$ 7,83	R\$ -	R\$ 304,59	R\$ 62.440,34



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

58	-	SANTA CRUZ X SANTA CLARA	EMEI EF PROF. a ENY LEAL MACH ADO	TR	M	5	SIM	0	45	4 5	17,5	17 ,5	-	35	45 PASSA GEIRO S	R\$ 10, 27	R\$ -	R\$ 359,45	R\$ 73.687,25
59	-	SANTA CRUZ X SANTA CLARA	EMEI EF PROF. a ENY LEAL MACH ADO	TR	V	5	SIM	0	45	4 5	17,5	17 ,5	-	35	45 PASSA GEIRO S	R\$ 10, 27	R\$ -	R\$ 359,45	R\$ 73.687,25
60	-	SANTA CRUZ X SÃO BENTO	EMEI EF PROF. a ENY LEAL MACH ADO	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	16,13	16 ,1 3	-	32 ,2 6	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,6 3	R\$ -	R\$ 278,40	R\$ 57.072,78
61	-	SANTA CRUZ X SÃO BENTO	EMEI EF PROF. a ENY LEAL MACH ADO	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	16,13	16 ,1 3	-	32 ,2 6	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,6 3	R\$ -	R\$ 278,40	R\$ 57.072,78
62	-	BARRA DE SANTA ROSA X BARRA DO RECREIO	EMEI EF Prof. ^a NELC I GOM ES DA COST A	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	11,5	11 ,5	-	23	15 PASSA GEIRO S	R\$ 10, 95	R\$ -	R\$ 251,85	R\$ 51.629,25
63	-	BARRA DE SANTA ROSA X SABIÁ X NELCI GOMES DA COSTA	EMEI EF Prof. ^a NELC I GOM ES DA COST A	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	12,55	12 ,5 5	-	25 ,1	15 PASSA GEIRO S	R\$ 10, 27	R\$ -	R\$ 257,78	R\$ 52.844,29
64	-	BARRA DE SANTA ROSA X SABIÁ X NELCI GOMES DA COSTA	EMEI EF Prof. ^a NELC I GOM ES DA COST A	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	12,55	12 ,5 5	-	25 ,1	15 PASSA GEIRO S	R\$ 10, 27	R\$ -	R\$ 257,78	R\$ 52.844,29



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

65	-	BARRA DE SANTA ROSA X SANTA ROSA DE LIMA X ALTO TRINDADE	EMEI EF Prof. ^a NELC I GOM ES DA COST A	TR	M	5	SIM	0	45	4 5	20,5	20 ,5	-	41	45 PASSA GEIRO S	R\$ 9,7 0	R\$ -	R\$ 397,70	R\$ 81.528,50
66	-	BARRA DE SANTA ROSA X SANTA ROSA DE LIMA X ALTO TRINDADE	EMEI EF Prof. ^a NELC I GOM ES DA COST A	TR	V	5	SIM	0	45	4 5	20,5	20 ,5	-	41	45 PASSA GEIRO S	R\$ 9,7 0	R\$ -	R\$ 397,70	R\$ 81.528,50
67	-	BARRA DO RECREIO X PEDREIRA	EMEI EF Prof. ^a NELC I GOM ES DA COST A	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	15,61 5	15 ,6 15	-	31 ,2 3	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,8 3	R\$ -	R\$ 275,76	R\$ 56.530,98
68	-	BARRA DO RECREIO X PEDREIRA	EMEI EF Prof. ^a NELC I GOM ES DA COST A	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	15,61 5	15 ,6 15	-	31 ,2 3	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,8 3	R\$ -	R\$ 275,76	R\$ 56.530,98
69	-	ESCOLA NELCI X SABIÁ X ESCOLA NELCI	EMEI EF Prof. ^a NELC I GOM ES DA COST A	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	9	9	-	18	15 PASSA GEIRO S	R\$ 13, 01	R\$ -	R\$ 234,18	R\$ 48.006,90
70	-	JAPECANGA X BARRA DE SANTA ROSA X NELCI GOMES	EMEI EF Prof. ^a NELC I GOM	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	7,65	7, 65	-	15 ,3	15 PASSA GEIRO S	R\$ 14, 57	R\$ -	R\$ 222,92	R\$ 45.698,81



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

			ES DA COST A																
71	-	JAPECANGA X BARRA DE SANTA ROSA X NELCI GOMES	EME EF Prof. ^a NELC I GOM ES DA COST A	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	7,65	7, 65	-	15 ,3	15 PASSA GEIRO S	R\$ 14, 57	R\$ -	R\$ 222,92	R\$ 45.698,81
72	-	BOA ESPERANÇA X SANTA IZABEL X AGUA POTAVEL	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	M	5	SIM	0	45	4 5	23,34	23 ,3 4	-	46 ,6 8	45 PASSA GEIRO S	R\$ 8,4 9	R\$ -	R\$ 396,31	R\$ 81.244,21
73	-	BOA ESPERANÇA X SANTA IZABEL X AGUA POTAVEL	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	V	5	SIM	0	45	4 5	23,34	23 ,3 4	-	46 ,6 8	45 PASSA GEIRO S	R\$ 8,4 9	R\$ -	R\$ 396,31	R\$ 81.244,21
74	-	CABECEIRA DE SÃO JOSÉ X SÃO JOSÉ	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	10,15	10 ,1 5	-	20 ,3	15 PASSA GEIRO S	R\$ 12, 19	R\$ -	R\$ 247,46	R\$ 50.728,69
75	-	CABECEIRA DE SÃO JOSÉ X SÃO JOSÉ	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	10,15	10 ,1 5	-	20 ,3	15 PASSA GEIRO S	R\$ 12, 19	R\$ -	R\$ 247,46	R\$ 50.728,69
76	-	CABECEIRA DE SÃO JOSÉ X SEBASTIÃO DUTRA X SEBASTIÃO STOPA X SÃO JOSÉ	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	17,45	17 ,4 5	-	34 ,9	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,6 3	R\$ -	R\$ 301,19	R\$ 61.743,34
77	-	CABECEIRA DE SÃO JOSÉ X SEBASTIÃO DUTRA X SEBASTIÃO STOPA X SÃO JOSÉ	EME EF VALD ECY AFON SO MORE	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	17,45	17 ,4 5	-	34 ,9	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,6 3	R\$ -	R\$ 301,19	R\$ 61.743,34



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

			IRA																
78	-	SANTA ISABEL X NEBLINA X RONCADOR X SÃO JOSÉ	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	17,25	17 ,2 5	-	34 ,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,6 9	R\$ -	R\$ 299,81	R\$ 61.460,03
79	-	SÃO JOSÉ X CIMARIM X CORREGO JOSIMIM	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	7,75	7, 75	-	15 ,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 14, 85	R\$ -	R\$ 230,18	R\$ 47.185,88
80	-	SÃO JOSÉ X CIMARIM X CORREGO JOSIMIM	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	7,75	7, 75	-	15 ,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 14, 85	R\$ -	R\$ 230,18	R\$ 47.185,88
81	-	SÃO JOSÉ X PONTAL	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	17,25	17 ,2 5	-	34 ,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,6 9	R\$ -	R\$ 299,81	R\$ 61.460,03
82	-	SÃO JOSÉ X PONTAL	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	17,25	17 ,2 5	-	34 ,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,6 9	R\$ -	R\$ 299,81	R\$ 61.460,03
83	-	SÃO JOSÉ X ROCADOR X SÃO JOSÉ	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	12,75	12 ,7 5	-	25 ,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 10, 16	R\$ -	R\$ 259,08	R\$ 53.111,40
84	-	SÃO JOSÉ X ROCADOR X SÃO JOSÉ	EME EF VALD ECY AFON SO MORE IRA	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	12,75	12 ,7 5	-	25 ,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 10, 16	R\$ -	R\$ 259,08	R\$ 53.111,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

85	-	SANTA CLARA X MAFRA X CORREGO DOS FERREIRA X IRUPI	EME EF SONI A MARI A FARI A PINH EIRO	TR	M	5	SIM	0	23	2 3	29	29	-	58	23 PASSA GEIRO S	R\$ 6,5 1	R\$ -	R\$ 432,68	R\$ 88.699,40
86	-	SANTA CLARA X MAFRA X CORREGO DOS FERREIRA X IRUPI	EME EF SONI A MARI A FARI A PINH EIRO	TR	V	5	SIM	0	23	2 3	29	29	-	58	23 PASSA GEIRO S	R\$ 6,5 1	R\$ -	R\$ 432,68	R\$ 88.699,40
87	-	RECREIO X BURRO FROUXO X CORREGO DOS COELHOS X IRUPI	EME EF SONI A MARI A FARI A PINH EIRO	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	20,88	20 ,8 8	-	41 ,7 6	15 PASSA GEIRO S	R\$ 7,7 6	R\$ -	R\$ 384,61	R\$ 78.844,97
88	-	RECREIO X BURRO FROUXO X CORREGO DOS COELHOS X IRUPI	EME EF SONI A MARI A FARI A PINH EIRO	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	20,88	20 ,8 8	-	41 ,7 6	15 PASSA GEIRO S	R\$ 7,7 6	R\$ -	R\$ 384,61	R\$ 78.844,97
89	-	CORREGO FUNDO X MAFRA X IRUPI	EME EF SONI A MARI A FARI A PINH EIRO	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	18,36	18 ,3 6	-	36 ,7 2	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,3 7	R\$ -	R\$ 307,35	R\$ 63.006,01
90	-	AVENTUREIRO X SANTA CLARA X IRUPI	EME EF SONI A MARI A FARI A PINH EIRO	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	16,25	16 ,2 5	-	32 ,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 9,0 2	R\$ -	R\$ 293,15	R\$ 60.095,75



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

91	-	AVENTUREIRO X SANTA CLARA X IRUPI	EME EF SONI A MARI A FARI A PINH EIRO	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	16,25	16 ,2 5	-	32 ,5	15 PASSA GEIRO S	R\$ 9,0 2	R\$ -	R\$ 293,15	R\$ 60.095,75
92	-	COOCAFÉ X BOA ESPERANÇA	BOA ESPE RANÇ A	TR	M	5	SIM	0	15	1 5	19,45	19 ,4 5	-	38 ,9	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,1 4	R\$ -	R\$ 316,65	R\$ 64.912,43
93	-	COOCAFÉ X MARIA JOSÉ CAETANO	MARI A JOSÉ CAET ANO	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	17	17	-	34	15 PASSA GEIRO S	R\$ 8,7 8	R\$ -	R\$ 298,52	R\$ 61.196,60
94	-	LAGOA X PALMITAL	PALM ITAL	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	12,5	12 ,5	-	25	15 PASSA GEIRO S	R\$ 10, 74	R\$ -	R\$ 268,50	R\$ 55.042,50
95	-	COOCAFÉ X BOA ESPERANÇA	BOA ESPE RANÇ A	TR	V	5	SIM	0	15	1 5	22,5	22 ,5	-	45	15 PASSA GEIRO S	R\$ 7,4 4	R\$ -	R\$ 334,80	R\$ 68.634,00
VALOR TOTAL DAS LINHAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS																			R\$ 6.171.868,76

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 6.171.868,76 (seis milhões, cento e setenta e um mil, oitocentos e sessenta e oito reais e setenta e seis centavos).



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

ANEXO II

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº. 000031/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2022

(Papel timbrado da empresa)

MODELO DECLARAÇÃO TÉCNICA - 01

A empresa _____,
inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, sediada na
_____,
_____.

DECLARA, sob as penas da Lei, que caso seja vencedora desta Licitação, apresentará no ato da assinatura do contrato, toda a documentação de todos os veículos e motoristas necessários para a execução do contrato, inclusive certificados exigidos por lei, sob pena de ser considerado um fato superveniente que ensejará na não assinatura do contrato

_____, _____ de _____ de 2022.

(nome completo do representante da empresa ou proprietário, nº da C.I.)
(assinatura)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI/ES

ANEXO III

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº. 000031/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2022

(Papel timbrado da empresa)

MODELO DECLARAÇÃO TÉCNICA - 02

A empresa _____,
inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, sediada na

_____.

DECLARA, sob as penas da Lei, que caso seja vencedora desta Licitação, executará os serviços em conformidade com os termos deste Edital, sob pena de sofrer as sanções imposta pela Administração Pública Municipal de Irupi/ES.

_____, _____ de _____ de 2022.

(nome completo do representante da empresa ou proprietário, nº da C.I.)
(assinatura)